

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Renato Fanti

Clareza e Distinção das Ideias:
Uma abordagem Peirciana

Mestrado em Filosofia

São Paulo
2013

Renato Fanti

Clareza e Distinção das Ideias:
Uma abordagem Peirciana

Mestrado em Filosofia

Dissertação apresentada à Banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia, sob a orientação do Professor Doutor Ivo Assad Ibri.

São Paulo
2013

Banca Examinadora

Para Renata

Sempre.

Que tal o impossível?

Agradecimentos

Aos meus pais pelo infinito incentivo.

Ao Professor Ivo Assad Ibri, que além de orientador acadêmico, contribui muito com sua orientação pessoal.

Aos meus amigos e companheiros de jornadas, que sabem.

Ao Centro de Estudos de Pragmatismo da PUC-SP que com suas atividades proporcionam a convivência com colegas que se tornaram amigos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por financiar parte dos estudos.

Quem me dera
um mapa de tesouro
que me leve a um velho baú
cheio de mapas do tesouro

Paulo Leminski

Resumo

A presente dissertação pretende abordar alguns aspectos acerca do conceito de *Clareza de ideias* na obra de Charles Sanders Peirce (1839-1914), em contraposição à visão consolidada na história da Filosofia conhecida como Racionalista, empreendida por René Descartes (1596-1650). Para tanto, apresenta uma breve exposição do que este último entendia por tal conceito. Em seguida, faz uma abordagem do contexto histórico no qual Peirce estava inserido, salientando os caracteres referentes ao paradigma científico vigente e por ele apresentado nas reuniões do Clube Metafísico em Cambridge (1872), bem como uma análise de sua Fenomenologia, considerada fundamental para situar o conceito que busca trabalhar. Passando, então, à crítica ao Espírito do Cartesiano, assim denominada por Peirce, referindo-se às substanciais contribuições de Descartes na inauguração de uma nova visão científica e filosófica, que rompia com a predominante postura Escolástica, e ao conceito de *Intuição* cartesiano, para, em seguida, ocupar-se do texto *Como tornar claras as nossas ideias* (1878), no qual surge a máxima do pragmatismo, que se defende ser uma espécie de afirmação do conceito de clareza para o autor. Para finalizar, apresentar-se-á um exemplo de clareza científica explorado no texto *Os três tipos de raciocínio* (1903).

Palavras-chave: Clareza. Pragmatismo. Cartesianismo. Epistemologia. Peirce.

Abstract

This work aims to address some aspects of the concept of clearness in the work of Charles Sanders Peirce (1839-1914), as opposed to the one consolidated view in the History of Philosophy, known as *Rationalism*, undertaken by René Descartes (1596-1650). It presents a brief exposition of what the latter meant by this concept. Next we will approach the historical context in which Peirce was inserted, highlighting the characters for the current scientific paradigm, the one presented by him at the meetings at the *Metaphysical Club* in Cambridge (1872), as an analysis of his *Phenomenology*, considered fundamental to situate the concept that he intended to elaborate. Turning then to the Cartesian *Critical Spirit*, thus branded by Peirce, we will refer to Descartes' substantial contributions which brought about a new scientific and philosophical vision, thus disrupting with the prevailing Scholastic attitude, and to the concept of Cartesian *intuition*, when we will be ready to tackle Peirce's essay *How To Make Our Ideas Clear* (1878), which contains his Pragmatist Maxim, and which advances the author's concept of clarity. Finally, we will also supply an example of such scientific clarity as exposed in his essay, *Three Types of Reasoning* (1903).

Keywords: Clearness. Pragmatism. Cartesianism. Epistemology. Peirce.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1. DESCARTES NO SEU TEMPO.....	14
1.1. Algumas notas sobre Descartes	14
1.2. O método da Dúvida e o <i>Cogito</i>	16
1.3. Intuição e Dualismo	26
2. CHARLES SANDERS PEIRCE.....	29
2.1. Considerações Biográficas	29
2.1.2. Contextualização Histórica	31
2.2. Paradigma científico.....	32
2.3. Fenomenologia	39
2.3.1. Primeiridade.....	42
2.3.2. Segundidade	43
2.3.3. Terceiridade.....	45
3. PEIRCE CONTRA O “ESPÍRITO DO CARTESIANISMO”	48
3.1. Peirce e a ideia cartesiana de intuição.....	55
4. CLAREZA E DISTINÇÃO: UMA ABORDAGEM PEIRCIANA SOBRE COMO TORNAR CLARAS AS NOSSAS IDEIAS.....	63
4.1. O critério de significação pragmático	66
5. UM EXEMPLO DE CLAREZA CIENTÍFICA: SOBRE OS TRÊS TIPOS DE RACIOCÍNIO	71
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
BIBLIOGRAFIA.....	89
Obras de Peirce.....	89
Obras sobre Peirce	89
Obras de Descartes	92
Obras sobre Descartes	92
Outras obras	93

Lista de abreviaturas das obras de Peirce

CP seguido dos números do volume e parágrafo: *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Charles Hartshorne, Paul Weiss (col. 1-6) e Arthur Burks (vol. 7-8) (eds.). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-58.

EP seguido dos números do volume e da página: *The Essential Peirce: Selected Philosophical Writings*. Nathan Houser e Christian Kloesel (vol. 1) e “Peirce Edition Project” (vol. 2) (eds.). Bloomington: Indiana University Press, 1992-98.

W seguido dos números do volume e da página: *Writings of Charles Sanders Peirce: A Chronological Edition*. Peirce Edition Project (eds.). Bloomington: Indiana University Press, (6 vols.)1982-2000.

NEM seguido dos números do volume e da página: *The New Elements of Mathematics*, vols. 1-4. C. Eisele (ed). La Haya: Mouton. 1976.

INTRODUÇÃO

A intenção deste trabalho é explicitar o conceito de Clareza de ideias na filosofia de Charles Sanders Peirce (1839-1914). Para isso, apresenta na primeira parte, uma síntese do mesmo conceito adotado por René Descartes (1596-1650), aquele que é considerado o fundador da Filosofia Moderna¹, destacando um apanhado biográfico para situá-lo no seu contexto histórico e, principalmente, salientar sua importância na ruptura com a Escolástica medieval, que marca uma reviravolta no modo de pensar a ciência, até então centrada no Ser e em Deus, passando a ter o homem e a própria racionalidade humana uma importância crucial. Ainda na primeira parte, busca levantar a questão da Dúvida e do *Cogito*, da importância da *Intuição* na aquisição do conhecimento certo, além do problema do Dualismo. Este último pode ser apresentado como a ideia de que o homem é constituído por duas substâncias: a alma, ou coisa pensante (*res cogitans*), e o corpo, ou coisa extensa (*res extensa*), possuindo atributos distintos: “o pensamento, no caso da substância pensante, e a extensão em comprimento, largura e profundidade, no caso da substância física”². Do ponto de vista ontológico, corpo e alma são metafisicamente distintos, isto é, possuem naturezas diferentes. Segundo o sistema cartesiano, concebemos clara e distintamente a alma sem o corpo e o corpo sem a alma. Assim sendo, através deste recorte da obra de Descartes, perceberemos que a noção de *Clareza* está presente de maneira incontestável.

A segunda parte do trabalho apresenta a posição de Charles Sanders Peirce, um representante da virada do século XX, portanto absolutamente imerso no turbilhão de acontecimentos que esta época proporcionou. Seu país

¹ REALE, G. [1990] p.349

² DESCARTES. [1968] p.46

acabava de passar por uma guerra civil, que apesar de toda sua violência, trouxe a unidade nacional e o posicionamento da América como uma potência que se comparava à Europa. Além desta característica nacional, a época na qual estava inserido Peirce também estava fortemente influenciada pelas ideias evolucionistas de Darwin, o que estabelecia um novo paradigma científico, que, como na ocasião de Descartes, rompeu com a tradição Moderna e inaugurou uma nova fase da investigação científica.

Ainda na segunda parte, o texto trata deste novo paradigma científico e do posicionamento de Peirce para com ele, através da sua Doutrina das Categorias, pois percebe-se que neste ponto há uma fundamentação de conceitos importantes para o encadeamento da dissertação, que cabe destacar.

Após a apresentação das Categorias, o texto, em sua terceira parte, cuida da análise do que o próprio Peirce denominava Espírito do Cartesianismo, e a exposição estará embasada em dois textos publicados em 1868, a saber, *Questões Referentes a Certas Faculdades Reivindicadas pelo Homem*³ e *Algumas Consequências de Quatro Incapacidades*⁴, nos quais Peirce ataca diretamente a noção de Intuição Cartesiana.

A quarta parte pode ser considerada o ponto central desta pesquisa: a própria apresentação do pensamento de Peirce acerca do conceito de *Clareza*

³ *Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man*. Publicado originalmente em *Journal of Speculative Philosophy* em 1868. A versão utilizada neste trabalho foi a reunida em CP 5.213 – 63, em confronto com a tradução de José Teixeira Coelho Neto, In: *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

⁴ *Some Consequences of Four Incapacities*, também publicado em *Journal of Speculative Philosophy* em 1868, em CP 5.264 – 317. A tradução confrontada foi a publicada na *Antologia Filosófica*, tradução de António Machuco Rosa. Lisboa: Casa da Moeda, 1998.

de ideias. Utilizado como norte o texto *Como Tornar Claras as Nossas Ideias*⁵, no qual aparece a distinção dos três graus de clareza que procura analisar.

A quinta parte da dissertação pretende expor um exemplo de como Peirce utiliza o conceito de clareza dentro de um texto denominado *Dedução, indução e hipótese*⁶, de 1878, antes de apresentar uma conclusão.

Espera-se atingir, com a presente pesquisa, o objetivo de elucidar um aspecto muito importante para a compreensão de um aspecto da obra de Peirce, bem como lançar uma luz no modo de fazer a investigação filosófica, com uma preocupação científica, sem margens a conflitantes interpretações, que configura um importante legado de Peirce.

⁵ *How to Make Our Ideas Clear*, publicado em 1878 no periódico *Popular Science Monthly* n.12 e em CP 5.388 – 410, a versão utilizada aqui foi a reunida em *Essential Peirce*, pp.124 – 141, em contraponto com a versão para a língua portuguesa de Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg, in: *Semiótica e Filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1972.

⁶ *Deduction, Induction and Hypothesis*, foi originalmente publicado em *Popular Science Monthly*, n.13, em CP 2.619 – 44, também em *Essential Peirce*, pp.186 – 199.

1. DESCARTES NO SEU TEMPO

1.1. Algumas notas sobre Descartes⁷

René Descartes nasceu na vila de La Haye (atualmente *La Haye-Descartes*), na região de Touraine, em 31 de março de 1596. Estudou humanidades e Filosofia no colégio *La Flèche*, da ordem dos jesuítas, passando, após, para a Universidade de *Poitiers* na qual graduou-se em direito. Depois (1618), ingressou no exército do príncipe Maurício de Nassau na Holanda, onde estabeleceu contato com as descobertas recentes da Matemática. Passou depois pela Dinamarca e daí para a Alemanha onde se alistou nas tropas católicas do duque Maximiliano da Baviera.

Em 1619, supostamente após uns sonhos, toma consciência da sua verdadeira vocação de intelectual e abandona a carreira militar. Inicia então um período de viagens pela Alemanha e Holanda, regressando à França em 1622. Em Paris conhece o escritor Jean-Louis Guez (de Balzac) e cientistas como Morin, Mydorge e Villebressien. Convive também com o Padre Marsenne, homem muito interessado pelo saber e pela cultura, com quem Descartes mantém vasta troca de correspondência acerca da sua filosofia. É também durante este período que trava conhecimento com o Cardeal Pierre de Bérulle, homem extremamente influente, que convida Descartes a efetuar a defesa metafísica dos princípios religiosos.

⁷ As observações biográficas estão baseadas no prefácio de Etienne Gilson que consta na obra DESCARTES, R. *Discurso do Método*. Martins Fontes, 2007.

Em 1628, escreve a sua primeira obra (em latim), **Regulae ad Directionem Ingenii** (*Regras para a Direção do Espírito*), obra esta que viria a ser publicada apenas em 1701, cinco décadas após a sua morte. Nela expõe a autêntica ordem da razão e o método científico, rompendo com o método da física escolástica. Em 1637 publica o **Discours de la Méthode** (*Discurso do Método*) no qual critica o método da Escolástica e propõe uma nova orientação para a Filosofia. Em 1633 escreve a sua obra de Física, **Le Monde**, cuja publicação viria a ser adiada devido à notícia da condenação de Galileu. Em 1641 publica as **Meditationes de Prima Philosophia** (*Meditações sobre a Filosofia Primeira*) onde procura dar um fundamento sólido à ciência e responder ao ateísmo cético e libertino. Em 1644 escreve outra obra célebre, esta em forma de manuais, **Principia Philosophiae** (*Princípios de Filosofia*), com a qual tenta introduzir nas escolas a sua filosofia em substituição à filosofia escolástica.

Em 1649 viaja para Estocolmo a convite da rainha Cristina da Suécia, cidade onde viria a falecer no ano seguinte, vítima de pneumonia.

1.2. O método da Dúvida e o *Cogito*

A obra de Descartes mostra uma ruptura com a Escolástica, anunciando a filosofia moderna, numa época em que a religião suspeitava da ciência e a ciência via com ceticismo a religião. Descartes desejava conciliar as duas, ou seja, desejava que a ciência fosse aceitável aos olhos da religião. Ainda assim, sua obra estava dominada por questões científicas. A intenção dele era colocar o conhecimento à prova, objetivando um fundamento seguro e, com isso, construir toda a estrutura do conhecimento humano. Ele verificou que, para avançar na ciência, precisava fazer uma incursão na filosofia. Para isso, concebeu o método da dúvida. Descartes queria refutar tudo que pudesse ser objeto de dúvida a fim de dar a conhecer algo que de modo algum se pudesse duvidar, isto é, ele desejava encontrar o *conhecimento certo*. Descartes submeteu todas as suas opiniões a um teste, pois acreditava que todos têm a experiência de serem enganados por seus sentidos e ainda acreditando que para chegarmos ao conhecimento verdadeiro teríamos de:

1. Nunca aceitar coisa alguma como verdadeira sem que não a conhecesse verdadeiramente como tal; ou seja, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e não aceitar em seus juízos nada além daquilo que se apresentasse tão clara e distintamente a seu espírito que não houvesse nenhuma ocasião para pô-lo em dúvida.
2. Dividir cada um dos problemas que examinaria em tantas partes quantas fossem necessárias para melhor resolvê-los.
3. Conduzir por ordem seus pensamentos, partindo dos objetos mais simples, para ascender pouco a pouco, como por

degraus, até ao conhecimento dos mais compostos. Supor até ordem entre aqueles que não se precedem naturalmente uns aos outros.

4. Fazer por toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais que estivesse certo de nada omitir⁸.

Segundo Teixeira, regras gerais e abstratas que têm como fim fixar os caracteres distintivos do método, que uma vez adquirido, o espírito poderá transportá-lo para outros domínios além das matemáticas, e conceber, por conseguinte a possibilidade de uma *matemática universal*⁹.

Descartes sustentava que a maioria dos ramos do conhecimento, excluindo apenas a matemática, sofria de uma falta de clareza, o que o fez perguntar o porquê dessa falta de clareza e buscar um método através do qual desenvolver uma solução.

Para iniciar esta breve exposição, cabe salientar o trecho:

O bom senso é a coisa do mundo melhor partilhada, pois cada qual pensa estar tão bem provido dele, que mesmo os que são mais difíceis de contentar em qualquer outra coisa não costumam desejar tê-lo mais do que o têm [...] mas isso antes testemunha que o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina bom senso ou razão¹⁰.

Isso ilustra o modo como a faculdade de distinguir o verdadeiro do falso, em outras palavras, a aquisição do conhecimento, pode ser eclipsada pela subjetividade. Isto é, para Descartes, os indivíduos são dotados de uma certeza

⁸ GILSON [2007] p.XLI

⁹ TEIXEIRA [1990] “Descartes quis que as regras do método ultrapassassem as matemáticas, ou melhor, se tornassem uma matemática universal, ‘disciplina que contendo os primeiros rudimentos da razão estende sua ação até fazer surgir a verdade em todo e qualquer assunto’” p.26.

¹⁰ DESCARTES, R. [1973a] p. 37.

indubitável no próprio bom senso, porém ao adentrarmos na análise do bom senso, adentraremos também no campo da ética e da cultura, ou seja, não podemos partir de uma ideia de bom senso, pois cairíamos em uma espécie de “armadilha” conceitual.

Para tentar sair da armadilha da subjetividade, Descartes lança sua âncora na matemática:

[...] primeiro, a firmeza da evidência que nela se encontra e a clareza dos raciocínios empregados; segundo, o fato de que uma ciência cujos fundamentos são tão firmes e que é propriamente o lugar da evidência não sirva para nada de mais relevante do que o cálculo abstrato e a aplicação nas artes mecânicas, ninguém tendo pensado ainda na extensão da certeza matemática para outros domínios do conhecimento¹¹.

Outro fator de relativa importância a favor da matemática era a grande diversidade de opiniões que reinava na filosofia escolástica¹², onde não havia uma só questão que não era objeto de discussão e sobre a qual não havia pelo menos duas soluções distintas, “apesar de só poder haver uma verdade”¹³. Através deste ponto de vista, Descartes propõe fundamentar a ciência com um método matemático, vejamos alguns pontos deste método.

Descartes parte para um ataque frontal à escolástica, com sua dúvida hiperbólica, que consiste em por em dúvida a totalidade do conhecimento,

¹¹ SILVA [1989] p.27.

¹² O termo Escolástica não designa exatamente *uma Filosofia*, mas sim um conjunto de técnicas instrucionais desenvolvidas nas universidades da Europa Ocidental no final da Idade Média, em princípio nas faculdades de Direito, notadamente em Bologna, tendo sido levadas à Filosofia e à Teologia por mestres como Abelardo e Pedro Lombardo, que entre outras características tinha como mote não questionar os seus fundamentos (apoiados nos ensinamentos dos sábios da igreja), isto é, seus mistérios de fé. Podemos destacar as obras introdutórias *Scholastica: storia di un concetto*, de Riccardo Quinto, Padova, Il poligrafo [2001] e *Fé e razão no pensamento medieval*, de Urbano Zilles, Porto Alegre, EDIPUCRS [1993].

¹³ SILVA [1989] p.29.

submeter ao crivo da dúvida todo o fundamento do conhecimento, com isso buscando um alicerce certo e indubitável:

Eis por que, talvez, daí nós não concluamos mal se dissermos que a Física, a Astronomia, a Medicina e todas as outras ciências dependentes da consideração das coisas compostas são muito duvidosas e incertas; mas que a Aritmética, a Geometria e as outras ciências desta natureza, que não tratam senão de coisas muito simples e muito gerais, sem cuidarem muito em se elas existem ou não na natureza, contém alguma coisa de certo e indubitável. Pois, quer que eu esteja acordado, quer esteja dormindo, dois mais três formarão sempre o número cinco e o quadrado nunca terá mais do que quatro lados; e não parece possível que verdades tão patentes possam ser suspeitas de alguma falsidade ou incerteza¹⁴.

Diante da passagem, nota-se que a dúvida, para Descartes, não tem como escopo um determinado modo de conhecer, mas sim o conhecimento como um todo. A dúvida visa afastar qualquer conhecimento obscuro até atingir um fundamento indubitável e absolutamente claro para servir de ponto de partida. O que se assemelha à certeza matemática para Descartes é o próprio mecanismo do pensamento.¹⁵ Enquanto fundamentação regressiva pode-se duvidar absolutamente de todo o conhecimento acumulado, mas é impossível duvidar do fato de pensar: para ele, há uma verdade: “é que eu penso, e que, à medida que penso, existo. [...] para duvidar que penso, mister é que eu pense, logo também que eu exista. Assim, da dúvida mais radical irrompe a primeira

¹⁴ DESCARTES. [1973a] p.95

¹⁵ Este claro paradoxo entre a rejeição da *doxa* da subjetividade e a sua *reabilitação* será criticado por Peirce, que é um dos pontos principais desta pesquisa.

evidência: duvido, logo existo”¹⁶, ainda no comentário de Gilson, “não tenho, pois, o direito de atribuir-me o que quer que seja senão o pensamento”, a dúvida é definitivamente hiperbólica ao assumir somente o pensamento como fundamentação da verdade.

O *cogito* era o ponto de partida, um pensamento claro, que Descartes buscava como fundamentação do conhecimento, uma base formada por um pensamento claro e distinto, como salienta Cottingham: “O propósito é ver se existe alguma coisa que sobreviva à dúvida. Se sim, isso servirá de pedra fundamental para o novo edifício da ciência que Descartes está procurando construir”¹⁷. Mas devemos levar em consideração que, como vimos acima, para Descartes a dúvida é anterior ao *cogito*. O entendimento da dúvida como uma atitude filosófica pode ser encontrado no início da Primeira *Meditação* quando Descartes anuncia sua intenção de, a partir da subjetividade, fazer um caminho de introspecção¹⁸, usando a dúvida como método para produzir as certezas que formarão paradigmas para o novo filosofar:

Agora, pois, que meu espírito está livre de todos os cuidados, e que consegui um repouso assegurado numa pacífica solidão, aplicar-me-ei seriamente e com liberdade em destruir em geral todas as minhas antigas opiniões¹⁹.

A atitude de Descartes de usar a dúvida como um método para buscar certezas na subjetividade exige um cuidado dobrado: primeiro, não desprezar todas as suas convicções; segundo, ser prudente o suficiente para não assumir

¹⁶GILSON [1984] p. 29

¹⁷COTTINGHAM [1999] p.24

¹⁸ Seria pertinente lembrar que ARENDT [2004] p.293 explica que a introspecção deve produzir a certeza, pois na introspecção só está envolvido que a própria mente produziu; ninguém interfere, a não ser o produtor do produto; o homem se vê diante de nada e de ninguém a não ser de si mesmo.

¹⁹ DESCARTES. [1973a] p.93

como verdadeiros conhecimentos que não possam ser avaliados pelo crivo da dúvida. Esse último não anula o primeiro, e sim se apresenta no sistema do autor como um método que dá a possibilidade de buscar certezas a partir da subjetividade, que busca compreender a veracidade nos sentidos, nos sonhos e até nas supostas certezas da razão, que poderiam estar equivocadas por um Deus Enganador²⁰. Sua preocupação filosófica não está restrita ao mundo compreendido pelo homem, seu interesse é pela cognição da consciência em relação ao seu conteúdo. Este mundo compreendido pela razão humana pode e deve ser testado pela dúvida, que passa a ser entendida como o crivo da veracidade na subjetividade humana.

Voltando-se para si próprio, o autor está diante de um mundo interpretado. O grande desafio é buscar a verdade numa consciência cujos conteúdos são interpretações do entendimento humano. A questão proposta pelo filósofo é encontrar a *firmeza de uma rocha*, uma certeza na consciência, uma verdadeira casa a lhe oferecer proteção, uma vez que seu propósito era o de construir o conhecimento, começando pelo alicerce.

Esse era o objetivo da dúvida, a instauração de uma dúvida universal, isto é, um instrumento de um projeto filosófico que visa a estabelecer o conhecimento sobre bases sólidas. A dúvida é, então, provisória, não visa a permanência no estado de dúvida (ceticismo²¹), mas a instauração do conhecimento absolutamente certo pelo esgotamento da própria dúvida:

²⁰“Nas altas regiões metafísicas onde a dúvida terá dificuldade para manter-se, Descartes imagina um ‘Malin Génie’ que se aplicaria em enganar o homem. Não se trata de provar a sua existência; como a dúvida a noção de ‘Malin Génie’ é uma hipótese de trabalho cuja função é estimular o espírito a ficar sempre alerta.” LAFRANCE [1963] p. 27.

²¹“Não que imitasse, para tanto, os cétricos, que duvidam apenas por duvidar e afetam ser sempre irresolutos.” DESCARTES. [1973a] p. 52.

A dúvida, a mais absoluta, foi chamada a serviço da certeza, que fará dela, a dúvida, a mais fiel prova de sua legitimidade: a própria possibilidade de se duvidar fará revelar, como necessário, um sujeito dessa dúvida; o ato de duvidar de toda a realidade servirá como prova inegável de uma realidade: o pensamento. Assim, a mais absoluta das dúvidas se converterá na possibilidade mesma da primeira certeza, aquela que irá inaugurar toda a cadeia do conhecimento. A dúvida, que atingiu o seu auge, chega também a seu fim²².

Para Descartes, justamente porque é provisória, a dúvida metódica é uma dúvida séria:

[...] procurando descobrir a falsidade ou a incerteza das proposições que examinava, não por fracas conjecturas, mas por raciocínios claros e seguros, não deparava quaisquer tão duvidosas que delas não tirasse sempre alguma conclusão bastante certa, quando mais não fosse a de que não continha nada de certo²³.

Segundo Arendt, *o propósito de construir algo de sólido, uma ciência, requer como característica principal da dúvida cartesiana a universalidade, exatamente no sentido de que nada, nenhum pensamento ou experiência pode dela escapar*²⁴. Nesse sentido, duvidar é procurar uma certeza infalível. O fundamento da dúvida é o postulado da certeza, nada mais do que o prolongamento da exigência prática de certeza na teoria. Tendo como escopo separar o certo do incerto, a dúvida busca encontrar a *rocha e argila* para chegar a uma

²² FORLIN [2004] p.31

²³ DESCARTES [1973a] p. 52.

²⁴ ARENDT [2004] p.287

maneira de pensamento superior que lhe dispusesse segurança para construir o edifício do conhecimento.

No *Discurso do Método*, Descartes salienta o seu esforço em buscar um ponto seguro para levá-lo à certeza. Mesmo duvidando de tudo, restava que ele estava duvidando. Este seria, então, o ponto inicial de sua filosofia²⁵.

Entendendo a dúvida como um método, o que passa a nos interessar, a partir deste ponto, é a preocupação de Descartes com a busca e fundamentação da certeza ou o *cogito*. No mesmo *Discurso do Método*²⁶, o autor lembra que todas as coisas que até então tinham entrado em seu entendimento não eram mais verdadeiras do que as ilusões dos seus sonhos. Não obstante, na sequência, nota que enquanto pensava que tudo era falso, também nota a necessidade de que ele, pensando, fosse algo:

E, notando que essa verdade: **eu penso, logo existo**, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da filosofia que procurava²⁷.

Enfim, a dúvida do *Discurso* privilegia a visão científica²⁸. Nesse ponto Descartes visava mais às opiniões do sujeito sobre os objetos do que os próprios objetos como tais. Então, o *cogito* passa a ter um singular peso na inau-

²⁵ “Todo o meu intuito tendia tão-somente a me certificar e remover a terra movediça e a areia, para encontrar a rocha ou a argila”. Idem.

²⁶ Ver a 4ª parte do *Discurso*. DESCARTES [1973a] p.54.

²⁷ DESCARTES [1973a] p.54

²⁸ Ver KUJAWSKI [1969] p.38 “Haja vista o exemplo das matemáticas, que tanto agradavam Descartes por causa da certeza e da evidência de suas razões, o jovem Cartesio não podia compreender que ciência, apta a proporcionar tão segura evidência e tão elevado grau de certeza, tivesse limitado seu rendimento à aplicação nas artes mecânicas como a agrimensura, a cartografia, e outras semelhantes, sem que suspeitasse de sua ‘verdadeira aplicação’: aperfeiçoar ao máximo o conhecimento da verdade em geral. Seria preciso extrair da matemática uma disciplina intelectual de tal modo rigorosa, que motivasse a reforma universal da ciência”.

guração de uma metafísica do sujeito. Sempre retomando preocupações científicas, ela não ultrapassa o nível de uma dúvida metodicamente seletiva, tal como argumenta Alquié:

Os sentidos, diz o pensador, enganam-nos algumas vezes. Suponhamos então que não existe “coisa alguma” que seja “tal como no-la fazem imaginar”. Descartes não põe em causa a existência do mundo exterior, interroga-se apenas sobre a conformidade das nossas sensações à natureza do mundo e nota que não existe, talvez, fora de nós, qualquer realidade que seja tal como os nossos sentidos a apresentam.²⁹

No entanto, nas *Meditações*, a dúvida aparece mais como um problema metafísico, quando coloca em dúvida a própria existência do mundo exterior. A certeza que Descartes procura é encontrada na divindade:

A dúvida extrapola o caráter temporal puramente científico e se atém na busca de outra ordem, que implica uma verdadeira ascese, uma conversão do espírito, que se compromete por inteiro na busca de um ser que depressa se revelará como sendo, antes do mais, seu ser³⁰.

O desconforto diante da incerteza certamente não agrada Descartes:

[...] nada lhe é mais alheio do que a noção de graus no assentimento. Do mesmo modo que, do lado do objeto, não pode haver meio termo entre o verdadeiro e o falso, também do lado do sujeito não se deve admitir qualquer posição intermediária entre a afirmação do certo e a negação de todo o resto³¹.

²⁹ ALQUIÉ. [1993] p. 64-67

³⁰ IDEM.

³¹ IDEM.

O mais importante a ressaltar é o aspecto heurístico de sua filosofia, tanto na dúvida levantada no *Discurso* quanto nas *Meditações*. Em ambos, a dúvida continua sendo um método para conduzir Descartes na busca de um sólido alicerce para a sua filosofia. A partir disso, a reflexão filosófica poderá voltar-se para o entendimento da subjetividade em um processo de introspecção, para ter, no *cogito*, a base para a formação de uma filosofia, que tem como princípio o mundo construído a partir da subjetividade humana.

Com a certeza do *eu penso*, o sujeito do conhecimento pode plasmar para si um mundo interpretado pelo seu próprio entendimento. A grande questão é, então, como buscar certezas e evidências nesse mundo interpretado, em outras palavras, qual é afinal, a função do *cogito*?

A saída de Descartes pode ser dividida em duas: primeira, impedir o retorno à dúvida e a segunda, a nosso ver mais importante, constituir um ponto de partida para o conhecimento através do critério de clareza e distinção.

Se por um lado o *cogito* afasta a dúvida hiperbólica, por outro, ele tem a função de ser um paradigma para o definir as ideias *claras e distintas*.

1.3. Intuição e Dualismo

Como um critério para a clareza e distinção das ideias, o *cogito* é aquilo a que se referira Descartes, como *intuitus*, ou uma *apreensão intelectual, direta e imediata*³², isto é, instantânea. Essa apreensão intelectual instantânea encontra-se de certa forma explicada pelo autor, na seguinte passagem:

Mas, quando percebemos que somos coisas pensantes, trata-se de uma primeira noção que não é extraída de nenhum silogismo; e quando alguém diz: “Penso, logo sou, ou existo”, ele não conclui sua existência de seu pensamento como pela força de algum silogismo, mas como uma coisa conhecida por si; ele a vê por simples inspeção do espírito³³

E ainda, mas em um trecho da *Terceira Meditação*:

Estou certo de que sou uma coisa pensante; mas não saberei também, portanto, o que é requerido para me tornar certo de alguma coisa? Nesse primeiro conhecimento só se encontra uma clara e distinta percepção daquilo que conheço; a qual, na verdade, não seria suficiente para me assegurar de que é verdadeira e se em algum momento pudesse acontecer que uma coisa que eu concebesse tão clara e distintamente se verificasse falsa. E, portanto, parece-me que já posso estabelecer como regra geral que todas as coisas que concebemos mui clara e distintamente são todas verdadeiras³⁴.

³² DESCARTES. [1985] p. 43.

³³ DESCARTES. [1973a] p.168.

³⁴ IDEM. p.108-109.

O *cogito* aparece então, como a primeira ideia clara e distinta. É uma certeza que o pensamento tem de si e que não pode ser solapada.

Torna-se pertinente mais uma citação, agora dos *Princípios de Filosofia*, na qual o autor apresenta sua definição de claro e distinto:

[...] pois o conhecimento sobre o qual se quer estabelecer um juízo indubitável, deve ser não somente claro, mas também distinto. Chamo claro, o que está presente e manifesto a um espírito atento, igualmente quando dizemos ver claramente os objetos que, estando na presença dos olhos que os veem, os movem com força e claridade suficientes. E distinto o que, sendo claro, é de tal modo preciso e diverso de todos os demais, que não contém em si nada mais senão aquilo que é manifesto³⁵.

Há dois pontos que precisam ser observados quando trazemos o conceito cartesiano de *intuitus*: primeiro: Descartes apresenta os conceitos de clareza e distinção como sendo critérios de verdade para as ideias, mas quem avalia a correspondência dessas ideias às condições impostas pelos critérios de verdade é o próprio sujeito que pensa, isto é, a *res cogitans*, e, nas palavras do próprio autor, este é o segundo ponto. Mas qual é a garantia que a *res cogitans* oferece para se certificar da clareza e da distinção de suas próprias ideias?

Diante desta questão seria prudente abordar com maior cuidado o problema do Dualismo, que consiste na constituição do homem por duas substâncias: a alma (*res cogitans*) e o corpo (*res extensa*).

De acordo com Descartes na sexta Meditação, “concebemos clara e distintamente a alma como coisa pensante e não extensa, e, por outro lado, entendemos com a mesma clareza e distinção que o corpo é uma coisa extensa e

³⁵ DESCARTES. [1970] p.44.

não pensante”³⁶, podemos entender a passagem como uma afirmação de que, do ponto de vista do conhecimento, matéria e mente são intrinsecamente distintos, isto é, podem existir independentemente um do outro. Segundo Descartes, a distinção entre corpo e alma (mente) também é concebida com clareza através da intuição:

Somente a intuição traz em si a certeza imediatamente evidente que surge quando o olho da mente se defronta com uma proposição cujo conteúdo é de todo claro e evidente. Entretanto, dado o escopo finito da mente humana, nossa habilidade para tomar em consideração, de uma só vez, uma pluralidade de proposições é assaz limitada³⁷.

Entende-se, então, que o autor apresenta um argumento circular, onde a *intuitus é clara e distinta* e a *clareza e distinção* é o que caracteriza a própria *intuitus*:

Com intuição, não me refiro ao testemunho oscilante dos sentidos, ou ao juízo enganador da imaginação, que reúne as coisas, remendando-as, mas antes à concepção de uma mente clara e atenta, tão fácil e distinta que não pode restar espaço à dúvida acerca daquilo que entendemos. Alternativamente, o que termina por dar no mesmo, intuição é a concepção de uma mente clara e atenta, que avança somente pela luz da razão³⁸.

Pode-se considerar que a noção de clareza para Descartes, despertada intuitivamente através do *cogito*, significa não somente um ponto de partida, mas toda uma nova fundamentação da filosofia, porém baseada em um princípio subjetivo e, portanto, suscetível a interpretações não científicas. O objetivo

³⁶ DESCARTES. [1973a] p.176.

³⁷ DESCARTES. [1973b] p.143.

³⁸ COTTINGHAM. [1995] p.91.

deste trabalho é apontar uma crítica científica, e também fundamentada e consolidada pela história das ideias, a saber, a crítica do “espírito do cartesianismo” feita por Charles Sanders Peirce.

2. CHARLES SANDERS PEIRCE³⁹

2.1. Considerações Biográficas

Charles Sanders Peirce nasceu em Cambridge, Massachusetts, em 1839. O seu pai, Benjamin Peirce, foi um distinto professor de matemática e astronomia de *Harvard*. Nascido e criado em um ambiente científico, Charles Peirce revelou-se, desde tenra idade, uma promessa em matemática e ciências experimentais⁴⁰. De acordo com o próprio Peirce, é possível afirmar que vivera em um ambiente experimental desde os seis anos de idade, até muito depois da maturidade.⁴¹ Deste modo, sendo educado como um experimentalista, e tendo toda a sua vida associada basicamente a experimentalistas, sempre teve a confiança de compreender e ser compreendido por aqueles que, de maneira semelhante à sua, tivessem as mentes moldadas pela vida em laboratório. Isso significa que, antes de entrar em *Harvard*, em 1855, Peirce seguramente já havia adquirido as bases de uma Filosofia Científica, e encontrara na universida-

³⁹ Essas considerações sobre o contexto histórico de Charles Sanders Peirce estão baseadas em: MENAND, Louis. *The Metaphysical Club. A story of ideas in America* [1992] e também em BRENT, Joseph. *Charles S. Peirce: A Life*. [1993].

⁴⁰ WESEF, H.B. Van. *A Estória da Filosofia Americana, Brasil-Portugal*, Editora Fundo de Cultura, 1960; Primeira edição brasileira, setembro de [1966], cap. iii.

⁴¹ CP 5.411 - HARTSHORNE, Charles; WEISS, Paul and BURKS, Arthur (eds.). *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1931-35 e 1958; 8 vols. Usaremos a referência usual a esta obra: CP indica *Collected Papers*; o primeiro número corresponde ao volume e o segundo ao parágrafo.

de um ambiente de estudo de Filosofia “breve e apressado, mais um exercício de memória do que de compreensão”⁴², um tanto desanimador para quem já havia estudado a *Crítica da Razão Pura* a ponto de saber trechos de cor. Enfim, graduou-se em 1859, e conquistou uma posição como físico no United States Coast and Geodetic Survey, (único posto em que se conservou por considerável extensão de tempo em toda a sua vida)⁴³ onde, fazendo levantamentos na Louisiana, leu *A Origem das Espécies* de Darwin⁴⁴. Em 1862, voltou a *Harvard* e recebeu o grau de mestre, um ano depois obteve o primeiro grau Sc.B. em química pela Lawrence Scientific School, *jamaís outorgado por Harvard*⁴⁵.

Em 1879, Peirce foi indicado *Lecturer* em lógica na nova Universidade de Johns Hopkins. Essa universidade era forte nas áreas que o interessavam, tal como a filosofia (Royce e Dewey, este seu aluno, fizeram seus Phds em Hopkins), e a matemática (ensinada por J. J. Sylvester, que veio admirar o trabalho de Peirce na matemática e na lógica). Apesar de seu sucesso como pesquisador esta foi a única nomeação acadêmica de Peirce⁴⁶, sendo exonerado do cargo de docente em meados da década de 1880, nunca mais voltando a exercer algum posto acadêmico. Pode-se apontar como causas disso o fato de que ele não era “visto com bons olhos” por sua personalidade difícil e por problemas matrimoniais que não estão no escopo deste trabalho.

Daí em diante, durante toda a sua longa vida, escreveu artigos eruditos, pronunciou ocasionais conferências em Universidades, e dedicou-se à elaboração de sua Filosofia Científica.

⁴² MURPHY [1993] p.17.

⁴³ Em 1861, começou a trabalhar no US Coast and Geodetic Survey, tendo permanecido nesse serviço durante trinta anos. *Dicionário de Filosofia de Cambridge*, PEIRCE, Charles (Sanders), in: AUDI, Robert (dir.) *Dicionário de Filosofia de Cambridge*, São Paulo, Paulus.

⁴⁴ MURPHY, John P. Ob.cit. p.16

⁴⁵ STROH [1986] p. 102.

⁴⁶ BRENT [1993] Capítulo 1.

Apesar de ter seu talento reconhecido por figuras importantes como William James e John Dewey, entre outros, Peirce permaneceu praticamente como um filósofo recluso em Milford, Pensilvânia, num estado de penúria financeira e com a saúde abalada até a data de sua morte, em 1914.

2.1.2. Contextualização Histórica

Após a guerra civil (1861-1865)⁴⁷, surgiram muitos grupos de estudos (ou de discussão) na América. Nas universidades do início do XIX, havia uma predominância do realismo do senso comum escocês, porém a contribuição mais original para o pensamento filosófico veio dos transcendentalistas, tais como Emerson e Thoreau que desenvolveram filosofias de vida, linguagem, conhecimento e ser, em textos cuja inspiração era proveniente dos clássicos gregos e romanos e do romantismo alemão. A filosofia passava por um processo de profissionalização, surgiam novos departamentos de graduação em Harvard e Johns Hopkins, jornais profissionais e as universidades começavam a receber apoio estatal.

O Clube Metafísico⁴⁸ teve sua origem em uma proposta feita por James, em 1868, a Oliver W. Holmes Jr. de formar uma sociedade filosófica que se encontrasse regularmente com o intuito de discutir questões da mais alta importância. Aceita a proposta, por volta de 1871, o clube tornou-se um grupo de

⁴⁷ A Guerra Civil Americana, com todas as suas implicações políticas, sociais e ideológicas, provocou um repúdio aos valores conservadores e tradicionais. O reconhecimento da importância da experiência e da precedência da ação sobre a teoria exigiu uma mudança de postura. MENAND Apud DE WAAL pg.19

⁴⁸ Segundo DE WAAL [2005. p. 17]: “Os homens chamavam a si mesmos, meio desafiadora, meio ironicamente, ‘O Clube Metafísico’, já que nos primeiros anos de 1870 a metafísica era considerada fora de moda.”

discussão informal, abrigando pensadores incomuns do cenário intelectual americano: Chauncey Wright e Charles Sanders Peirce partilhavam interesses científicos, e uma postura evolucionária, além de uma grande paixão pelas discussões filosóficas. Nicholas St. John Green e Willian James pendiam para o empirismo e evolucionismo. Oliver Wendell Holmes Jr e Joseph Banks Warner eram advogados. Participavam também dois filósofos graduados com eles em Harvard: Francis Ellingwood Abbott e John Fiske que também se interessavam por evolução e metafísica. Henry Ware Putnam, Francis Greenwood Peabody e William Pepperell eram membros ocasionais. Foi Green quem introduziu no clube o pensamento do filósofo e psicólogo escocês, Alexander Bain (1818 – 1903), especialmente sua definição de crença como “aquilo pelo qual (sobre o qual) o homem está preparado a agir”, fato que fez com que Peirce o chamasse de avô do pragmatismo.⁴⁹

2.2. Paradigma científico

Novos métodos de experimentação e inquirição forçaram a ciência ocidental a rever posições já sedimentadas, reavaliar conceitos, passando a uma concepção de mundo como algo em contínua evolução; comprovada por registros do crescimento e desenvolvimento biológicos e geológicos que colocavam em dúvida posições alicerçadas anteriormente sobre bases religiosas ou até preconceituosas e supersticiosas. Tal mudança de paradigma influenciou a

⁴⁹ CP 5. 12 “In particular, he often urged the importance of applying Bain's definition of belief, as “that upon which a man is prepared to act.” From this definition, pragmatism is scarce more than a corollary; so that I am disposed to think of him as the grandfather of pragmatism.”

maneira de fazer e conceber a ciência, exigindo uma reestruturação de seus métodos.

Seguramente um dos temas mais marcantes de discussão da época foi o aparecimento da obra *A Origem das Espécies* de 1859, de Charles Darwin, que causou forte impacto em Cambridge. Porém as ideias de Darwin não foram recebidas por todos de maneira entusiástica, principalmente pela força do pensamento criacionista. Surgiram, então, opositores e, devido a isto, foi instaurado um clima de embate. Mas, a polêmica foi importante na medida em que provocou um abalo nas crenças aceitas e nas verdades estabelecidas, lançou dúvidas sobre a própria natureza da ciência, sobre a noção de permanência e, questionou qual a real importância e papel do desenvolvimento da investigação científica. Não se tratavam de discussões partidárias, mas de um momento decisivo na história da ciência⁵⁰.

Entre os debatedores, podemos destacar Louis Agassiz - o biólogo mais importante nos EUA, professor de Peirce, Wright e James - um dos principais oponentes de Darwin, que chegou a empreender uma viagem pelos extremos da América do Sul, buscando provas que refutassem as teorias darwinianas e, dentre os partidários de Darwin, Chauncey Wright; podemos destacar o trecho em Brent:

Charles se juntou ao Departamento de Levantamento da Costa em Biloxi, Mississippi, e no qual ele permaneceu até o final da primavera de 1860, quando retornou a Cambridge para estudar a classificação fóssil com Luis Agassiz. Enquanto isso “Origem das

⁵⁰“A defesa da ciência sobre a teologia, sua rejeição de ideias que apelem, para sua sustentação, a ganhos celestes ao invés de guindastes terrenos e, mais geralmente, seu naturalismo inabalável que serve para tudo, desde o caos original até as mais profundas e agradáveis criações da mente.” Houser [2003] p.199.

Espécies” de Darwin tinha aparecido, então esse breve aprendizado de Peirce serviu para Agassiz colocá-lo no centro dos argumentos da evolução.⁵¹

Outro ponto de suma importância, que deve ser considerado para entendermos o desenvolvimento da filosofia de Peirce é que para estes homens, a força motriz da vida humana, devia ser compreendida por modelos científicos. É importante então, esclarecermos qual foi o modelo de ciência adotado pelos participantes do Clube Metafísico no final do XIX.

O escopo da ciência, independente do modelo que advogamos, é entender e explicar os fatos. Entendimento e explicação são conceitos análogos: explicar é tornar algo inteligível através do discurso. Explicar um fenômeno, para que possamos compreendê-lo, é mostrar por que algo que realmente aconteceu deveria mesmo ter acontecido desta maneira, e não de outra, pois o que é real é necessário⁵². Só que a nova ciência de Darwin busca explicar, também, o que permanece e é contingente. Pensando em explicação e compreensão, temos como paradigma científico precedente a física de Newton, que consiste em princípios universais, necessários e eternos, expressos na linguagem abstrata e impessoal da matemática pura. A biologia de Darwin, entretanto, é uma narrativa concreta que fala de acomodações localizadas, contingentes, mutáveis e recíprocas entre criaturas e o meio ambiente; mais uma vez nas palavras de Brent: “Peirce acreditava que a teoria darwiniana da evolução biológica era irreversível e inaugurava ‘despertar mental maior desde Newton e Leibniz’ ”⁵³.

⁵¹BRENT [1993] p.60.

⁵² CP. 5.432 Real é aquilo que é independentemente do que possamos dizer ou representar que seja: “in the sense of being as it is regardless of what you or I may think about it”.

⁵³BRENT [1993] p.60.

A validade não está mais presa às leis e princípios universais, pois a nova ciência tenta explicar como pode surgir unidade da multiplicidade. As leis da natureza tornam-se uma vasta gama de hábitos dinâmicos, às quais se chega observando-se quais populações escapam da extinção mantendo um equilíbrio coletivo e auto reprodutivo. Em uma passagem Peirce salienta que: “a matéria é mente estéril, hábitos inveterados tornando-se leis físicas”⁵⁴, pode-se concluir, a partir disso, que a evolução significa tendência a adquirir hábitos, no sentido de fazer a mediação entre a mente e a matéria, entre o acaso e a lei.

Não se trata apenas de não poder ter certeza de ter apreendido as leis e os princípios corretamente, já que mesmo corretamente apreendidos eles podem mudar⁵⁵. Uma consequência dessa linha de pensamento é o Falibilismo, defendido por Peirce⁵⁶.

Não obstante, se as leis decorrem de probabilidades, elas podem, portanto, mudar. Nenhuma adaptação darwiniana é definitiva, porque o ambiente ao qual se adapta também pode se modificar e, certamente, em algum momento mudará em resposta a outras circunstâncias. As propriedades das coisas, relativamente estabelecidas e estáveis (seus hábitos⁵⁷, segundo Peirce), de-

⁵⁴ CP. 6.25 “[...] the matter is effete mind, inveterate habits becoming physical laws”.

⁵⁵ Ver GOUDGE [1869] p.229. O universo evolui em cada parte, constantemente atualizada pelo acaso.

⁵⁶ Um exemplo de definição do falibilismo de Peirce pode-se encontrar em: “Todo raciocínio positivo é da natureza de julgar a proporção de alguma coisa pela proporção encontrada em uma amostra. Assim, há três coisas que nunca podemos esperar obter pelo raciocínio, a saber, certeza absoluta, exatidão absoluta, universalidade absoluta. Nós não podemos estar absolutamente certos que nossas conclusões são mesmo aproximadamente verdade.” (CP. 1.141). “All positive reasoning is of the nature of judging the proportion of something in a whole collection by the proportion found in a sample. Accordingly, there are three things to which we can never hope to attain by reasoning, namely, absolute certainty, absolute exactitude, absolute universality. We cannot be absolutely certain that our conclusions are even approximately true”.

⁵⁷ CP. 7.515 “A tendência generalizadora é a grande lei da mente, a lei da associação, a lei de aquisição de hábitos. Assim, fui levado à hipótese de que as leis do universo têm sido formadas sob uma tendência universal de todas as coisas à generalidade e à aquisição de hábitos.” No original: “Now the generalizing tendency is the great law of mind, the law of association, the law of habit taking. Hence I was led to

vem ser elas mesmas compreendidas como tais adaptações. A natureza apresenta-se como fluida, as regularidades são o produto estatístico de interações particulares e contingentes entre coisas e seu ambiente sempre mutável, e potencialmente sublimáveis; este caráter da teoria darwiniana é salientado com a admiração científica de Peirce na seguinte passagem:

Se o papel desempenhado pela seleção natural e da sobrevivência do mais forte na produção de espécies é grande ou pequeno, ainda há pouca dúvida de que a teoria darwinista indica uma causa real, que as formas dos animais e vegetais tendem a se adaptar ao seu ambiente. Uma característica marcante do que é que ele mostra como apenas variações fortuitas de indivíduos em conjunto com os percalços meramente fortuitos aos mesmos, sob a ação da hereditariedade, resulta, não em mera irregularidade, nem mesmo em uma constância estatística, mas em um contínuo progresso por tempo indeterminado em direção a uma melhor adaptação dos meios aos fins. Como pode ser isso? Qual é, abstratamente falando, o fator peculiar nas condições do problema que traz esta consequência singular?⁵⁸

A ciência que prevalece neste cenário não é mais a mesma que regeu no século anterior. Nos séculos XVII e XVIII, o ímpeto científico ainda era, na maioria dos casos, um mote teórico. Supunha-se que das explorações científicas haveria grandes transformações sociais e políticas, mas apesar disto, os

the hypothesis that the laws of the universe have been formed under a universal tendency of all things toward generalization and habit-taking.”

⁵⁸ CP. 1.395 no original: “Whether the part played by natural selection and the survival of the fittest in the production of species be large or small, there remains little doubt that the Darwinian Theory indicates a real cause, which tends to adapt animal and vegetable forms to their environment. A very remarkable feature of it is that it shows how merely fortuitous variations of individuals together with merely fortuitous mishaps to them would, under the action of heredity, result, not in mere irregularity, nor even in a statistical constancy, but in continual and indefinite progress toward a better adaptation of means to ends. How can this be? What, abstractly stated, is the peculiar factor in the conditions of the problem which brings about this singular consequence?”

modos de pensar eram, em grande parte, destituídos de consequências práticas; não eram engenhos, eram mais como sugestões da modernidade, porém sem implicações práticas.

Durante o século XIX a evolução da tecnologia impulsionada pela revolução industrial e pelo estabelecimento do capitalismo industrial mudou o mundo, e a ciência acompanhou de perto as mudanças ocorridas, pois passou a fazer parte do mercado, não somente como uma prática de pesquisa, em outras palavras, a tecnologia passou a corporificar a pesquisa científica, segundo Houser:

[...] foi no período de uma geração, até o nascimento de Charles Peirce, que a ciência ocidental começou a levar a sério que o planeta em que vivemos carrega o testemunho de um registro de crescimento e desenvolvimento biológicos e geológicos que contradizem pressuposições há muito estabelecidas, derivadas de histórias religiosas. Esta mudança de visão teve profundo impacto sobre os objetivos e métodos científicos⁵⁹.

O pensamento dos participantes do Clube Metafísico busca entender os fundamentos da razão e seu papel na conduta da vida humana e, conseqüentemente, como um aspecto da ação, buscando agregar o conhecer ao saber fazer. Seria oportuno citar um trecho de Fessore, no qual ela salienta que:

A espécie de razão explícita, que pode ser compilada em princípios, surge apenas como um caso de expressão, frequentemente dispensável, da espécie de inteligência implícita, que pode ser exibida no hábito – num hábito habilidoso (pois experimental),

⁵⁹ HOUSER [2003] p. 199.

flexível à prática, adaptável e que emerge num ambiente particular através de seleção por um processo de aprendizagem⁶⁰.

Dado este novo paradigma científico vigente, Peirce começou a construir uma filosofia com ele compatível, na qual até mesmo as leis físicas que, quando verificadas, sempre apresentam, em relação à teoria elaborada, discrepâncias que não se devem apenas aos nossos erros de observação, nem mesmo à deficiência de nossas teorias, mas ao próprio caráter de indeterminação que é peculiar aos fenômenos. Para Peirce, “nós observamos que os fenômenos se aproximam muito de satisfazer leis gerais, mas não temos a menor razão para supor que eles as satisfaçam precisamente”.⁶¹

De acordo com Peirce, os fenômenos são experienciáveis, e como tais, sujeitos a interpretações; como o objeto desta dissertação é a clareza, faz-se necessária uma abordagem das propriedades dos fenômenos⁶², o que nos leva à Fenomenologia.

⁶⁰ FESSORE [2005] p.12.

⁶¹ CP. 1.132: “We observe that phenomena approach very closely to satisfying general laws; but we have not the smallest reason for supposing that they satisfy them precisely.”

⁶² “Por faneron eu entendo o total coletivo de tudo aquilo que está de qualquer modo presente na mente, sem qualquer consideração se isto corresponde a uma coisa real ou não.” CP 1.284. no original: “[...] and by the phaneron I mean the collective total of all that is in any way or in any sense present to the mind, quite regardless of whether it corresponds to any real thing or not.”

2.3. Fenomenologia⁶³

De acordo com Peirce, a Fenomenologia busca ser a ciência dos modos de ser da experiência, isto é, pretende ser uma ciência alicerçada na vida cotidiana, partindo dela à generalização:

Esta ciência da Fenomenologia, então, deve ser tomada como a base sobre a qual são erigidas as ciências normativas, e, assim sendo, deve requerer nossa primeira atenção. Esta ciência da Fenomenologia é, na minha visão, a mais primária das ciências positivas. Isto é, ela não está baseada, no que respeita a seus princípios, sobre qualquer outra ciência positiva. Por ciência positiva considero uma investigação que procura pelo conhecimento positivo, isto é, por aquele conhecimento que pode ser expresso em uma proposição categórica⁶⁴.

A fenomenologia é uma ciência que visa descrever os fenômenos, classificando-os em três classes ou modos de ser da experiência, que são denominados por Peirce como categorias:

Tendo assim, satisfeito por observação que existem três categorias de elementos dos fenômenos, vamos nos esforçar para ana-

⁶³ Publicado em 1867 o artigo 'Sobre uma nova lista de categorias' trás os fundamentos da fenomenologia, que pretendemos esboçar da seguinte maneira: Peirce enumera, em princípio, cinco elementos que poderiam ser considerados Categorias: Ser (*Being*), Qualidade (*Quality*), Relação (*Relation*), Representação (*Representation*) e Substância (*Substance*). Destas cinco, duas, Ser e Substância, foram posteriormente excluídas pelo autor em detrimento de Qualidade, Relação e Representação, que passaram a formar o núcleo da sua Fenomenologia, e renomeadas como Primeiridade (*Firstness*), Segundidade (*Secondness*) e Terceiridade (*Thirdness*). Esta estrutura do artigo de Peirce está muito bem analisada em HAUSMAN [1993] cap.3 *The categories and the phenomenology*, p. 94-139.

⁶⁴ PEIRCE, C. NEM II.193. Apud. MEDEIROS. [2009]

lisar a natureza de cada um, e tentar descobrir porque deveria haver estas três categorias e não outras⁶⁵.

A fundamentação da Filosofia de Peirce é apresentada nas categorias, por este motivo devem ser abordadas anteriormente ao conceito de clareza que pretendemos investigar. O escopo desta parte não é, evidentemente, esgotar o assunto tão fecundo⁶⁶, mas, sim, delinear conceitos que tornarão possíveis o entendimento do restante do texto.

É importante salientar o fato de que as categorias são modos de experiências que compõem o fenômeno, ou como salienta Ibri: “a Fenomenologia não pretende ser uma ciência da realidade, mas, apenas, buscará escrutinar as classes que permeiam toda experiência comum, ficando restrita às suas aparências”⁶⁷. Aos estudantes desta ciência cabe a difícil tarefa de – livre de expectativas e de quaisquer outras influências – se limitar a observar francamente as aparências ou “simplesmente abrir os olhos mentais e olhar bem para o fenômeno”⁶⁸.

Segundo Peirce são três as capacidades que possuímos para experimentar os fenômenos:

A primeira e mais importante é a rara faculdade de ver o que está diante dos olhos tal como se apresenta, sem qualquer interpretação [...] é a faculdade do artista que vê, por exemplo, as cores aparentes da natureza como elas se apresentam⁶⁹.

⁶⁵ CP 1.421. “Having thus by observation satisfied ourselves that there are these three categories of elements of phenomena, let us endeavour to analyze the nature of each, and try to find out why there should be these three categories and no others.”

⁶⁶ Para uma abordagem mais aprofundada das Categorias em Peirce, ver: MICHAEL [1980], DE TIENNE [1989], FREEMAN [1934], ROSENSOHN [1974] e SALATIEL [2006]

⁶⁷ IBRI. [1992] p.5

⁶⁸ CP 5.41 “is simply to open our mental eyes and look well at the phenomenon”

⁶⁹ CP 5.42. Apud. IBRI [1992]p.05. “The first and foremost is that rare faculty, the faculty of seeing what stares one in the face, just as it presents itself, unreplaced by any interpretation, unsophisticated by any

Este modo de ver, que Peirce denomina a primeira experiência do fenômeno, é a experiência de olhar as coisas exatamente como elas são, sem nenhuma espécie de preconceito e nenhum julgamento.

Em relação à segunda faculdade Peirce escreve:

A segunda faculdade que devemos nos munir é uma discriminação resoluta que se fixa como um buldogue sobre um aspecto específico que estejamos estudando, seguindo-o onde quer que ele possa se esconder e detectando-o sob todos os seus disfarces⁷⁰.

A segunda faculdade tem como característica a atenção absoluta ao que se apresenta, uma espécie de imersão total na observação do fenômeno; e finalmente a terceira faculdade é apresentada por Peirce como:

[...] o poder generalizador do matemático, que produz a fórmula abstrata que compreende a essência mesma da característica sob exame, purificada de todos os acessórios estranhos e irrelevantes⁷¹.

Ou seja, a terceira faculdade é aquela que traz a capacidade de mediação entre a primeira e a segunda faculdade.

Segundo Ibri: “ao requerer a necessidade de três faculdades, as de **ver**, **atentar para** e **generalizar**, Peirce já está associando cada uma delas a uma

allowance for this or for that supposed modifying circumstance. This is the faculty of the artist who sees for example the apparent colors of nature as they appear.”

⁷⁰ CP 5.42. Apud. IBRI [1992] p.06. “The second faculty we must strive to arm ourselves with is a resolute discrimination which fastens itself like a bulldog upon the particular feature that we are studying, follows it wherever it may lurk, and detects it beneath all its disguises.”

⁷¹ CP 5.42. Apud. IBRI [1992] p.06. “the generalizing power of the mathematician who produces the abstract formula that comprehends the very essence of the feature under examination purified from all admixture of extraneous and irrelevant accompaniments.”

categoria, a saber, à Primeiridade, à Segundidade e à Terceiridade”⁷². Que será delineada a seguir.

2.3.1. Primeiridade

Nos termos do autor: *A ideia do absolutamente primeiro como totalmente separado de qualquer concepção ou referência a qualquer coisa “[...] presente e imediato”*⁷³, ou ainda em: “A ideia de primeiro é predominante em ideias de frescor, vida e liberdade”⁷⁴. Peirce pressupõe a categoria de Primeiridade como elemento constituinte de todas as aparências. Rosensohn salienta que: *de todas as categorias, é a mais frágil e fugaz, uma vez que cada descrição deve ser falsa a ela. Mas o fato de que não pode ser descrita não quer dizer que ele não pode ser indicada ou imaginativamente criada.*⁷⁵

É uma qualidade da experiência presente na totalidade do fenômeno. A Primeiridade como presentidade, como pura sensibilidade, Peirce chegou a denominá-la como *Qualidade de Sentimento (Quality of Feeling)*: *A Qualidade de Sentimento* é a verdadeira representação física da primeira categoria do imediato em sua imediatidade, do presente em sua positiva presentidade.⁷⁶

Em outra passagem, Peirce ilustra as *Qualidades de Sentimento* com exemplos marcantes do tipo: A cor vermelha, o sabor do quinino, a emoção ao contemplar uma fina demonstração matemática, a sensação do Amor, etc.⁷⁷,

⁷² IBRI [2001] p.71

⁷³ CP 1.357

⁷⁴ CP 1.302 “The idea of First is predominant in the ideas of freshness, life, freedom.”

⁷⁵ ROSENTOHN [1974] p.80

⁷⁶ CP 5.44 “Quality of Feeling, or whatever is such as it is positively and regardless of aught else.”

⁷⁷ Ver, CP 1.304 “. . . Among phanerons there are certain qualities of feeling, such as the color of magenta, the odor of attar, the sound of a railway whistle, the taste of quinine, the quality of the emotion

isto é, a Primeiridade pode ser exemplificada como a totalidade das *Qualidades de sentimento*, exatamente por não ser divisível. A Primeiridade está em tudo, no sentido de ser experienciada no “presente imediato”, e por consequência, está “fora do tempo”. Esta é uma representação do nível interno da Primeiridade, ser tal qual é e nada mais⁷⁸; em relação ao nível externo, Peirce refere-se à liberdade e multiplicidade da Natureza.⁷⁹

Como um alicerce, a Primeiridade é um infinito de possibilidades que rompe com o passado e com o futuro, se legitimando como uma unidade que traz em sua gênese a “possibilidade” do Tempo⁸⁰.

Caracterizada pela incondicionalidade, na Primeiridade não há fluxo de tempo, sua duração é a mesma duração do sentimento⁸¹.

Segundo Ibri, para Peirce, nosso primeiro contato com o fenômeno, antes de percebê-lo como outro, oposto e resistente a nós, traduz-se em um sentimento de totalidade, em sua total presentidade, sem que a consciência sinta qualquer fluxo de tempo; trata-se, na verdade, de um estado de contemplação⁸².

2.3.2. Segundidade

O segundo é o que aparece “diante de”, ou aquilo que está em confronto com alguma coisa. Esta oposição se faz presente na percepção na medida em

upon contemplating a fine mathematical demonstration, the quality of feeling of love, etc. I do not mean the sense of actually experiencing these feelings, whether primarily or in any memory or imagination.”

⁷⁸ IBRI. [1992] p.11

⁷⁹ Adiante veremos um quadro comparativo com as representações de interior/exterior nas categorias, como sugerido por IBRI [1992]

⁸⁰ IBRI. [1992] p.09

⁸¹ IBRI. [1992] p.11

⁸² IBRI [1992] pp.11-12.

quebra o fluxo da Primeiridade, ao tomar consciência de algo, ao percebê-lo como outro, já se perde a consciência da presentidade; a experiência deixa de ser um mero sentimento. Aparecem como fatos brutos resistentes à nossa vontade, como se existissem independentemente. O que antes era percebido como mera possibilidade de ser, agora aparece à consciência como algo existente, como algo que exerce uma força contrária. Na experiência de Segundidade, predomina uma consciência de dualidade, de ação e reação, formando uma polaridade de forças⁸³. A Primeiridade é mera possibilidade de ser. Porém, nada seria efetivamente, se não se atualizasse num individual. Sua individualização é, ao mesmo tempo em que aparece no universo dos fenômenos como um existente, seu fim como possibilidade pura. O fenômeno como segundo é uma possibilidade individualizada, atualizada, existente. Como tal, reage contra a consciência, para se definir como particular, como isto e não aquilo. Como constatamos em uma passagem citada por Ibri:

Estamos continuamente colidindo com o fato duro. Esperávamos uma coisa ou passivamente tomávamo-la por admissível e tínhamos sua imagem em nossas mentes, mas a experiência força esta ideia ao chão e nos compele a pensar muito diferentemente.⁸⁴

Da mesma maneira que apresentou a primeira categoria, Peirce delinea aspectos internos e externos referentes à segunda; o primeiro seria a experiência anterior, marcada por eventos particulares dentro de um delimitado espaço/tempo, enquanto o segundo ficaria restrito à própria alteridade do fato bruto.

⁸³ Em ROSENHOHN [1974] há um capítulo oportunamente intitulado *Categoria do Fato e da Oposição Mútua*. p.86

⁸⁴ CP 1.324 apud IBRI [1992] p.7 “We are continually bumping up against hard fact. We expected one thing, or passively took it for granted, and had the image of it in our minds, but experience forces that idea into the background, and compels us to think quite differently.”

2.3.3. Terceiridade

A terceira categoria é considerada pelo próprio Peirce como a mais complexa e a que requer maior cuidado para ser apreendida com clareza: “As ideias nas quais predominam a Terceiridade são, como poderia ser esperado, mais complexas, e requerem uma análise cuidadosa para serem apreendidas claramente”⁸⁵. Um conceito ou pensamento só se “concretiza” através da mediação, segundo Peirce:

Por terceiro, quero dizer o médio ou elo de ligação entre o absolutamente primeiro e o último. O início é o primeiro, o fim o segundo e o médio o terceiro.⁸⁶

O meio entre um primeiro (possibilidade pura) e um segundo (fato bruto ou reação), para esta mediação Peirce reservou o papel da terceira categoria ou Terceiridade.

Este elemento é necessário para que possa haver a mediação entre a experiência dos individuais para a consciência. Essa função de mediação é desempenhada pela linguagem e possibilita a cognição, integrando ao conceito um número maior de fenômenos. O terceiro representa e torna-se o elo entre o passado e a intencionalidade para o futuro. Em Ibri:

Na medida mesma em que somos compelidos a pôr em relação a ideia de ruptura de um tempo interno à consciência com a possibilidade desta ruptura ocorrer, também, ao nível de um tempo objetivo, estamos promovendo a mediação entre duas

⁸⁵ CP 1.338 “The ideas in which Thirdness is predominant are, as might be expected, more complicated, and mostly require careful analysis to be clearly apprehended.”

⁸⁶ CP 1.337 “By the third, I mean the medium or connecting bond between the absolute first and last. The beginning is first, the end second, the middle third.”

ideias, por ligá-las em um conceito geral. Este conceito geral surge como um terceiro elemento que não se confunde com aqueles postos em relação.⁸⁷

A representação operada pela Terceiridade se dá “no Tempo”, ou seja, o tempo é fundamento da síntese entre a Primeiridade e Segundidade.⁸⁸

Este Terceiro é então, uma representação de algo:

Terceiridade nada é senão o caráter de um objeto que incorpora “qualidade de estar entre” (*Betweenness*) ou Mediação nas suas formas mais simples e rudimentares; e eu a uso como o nome daquele elemento do fenômeno que é predominante, e que encontra sua plenitude na Representação⁸⁹.

Enfim, a Terceiridade pode ser compreendida como um fluir que faz a mediação entre a Primeiridade e a Segundidade, generalizando a experiência passada em uma nova representação, nas palavras do próprio Peirce:

Mas o que faz as forças reais realmente existirem é a lei geral da natureza que chama por eles, e não para quaisquer outros componentes resultantes. Assim, a inteligibilidade ou razão objetivada, é o que faz a Terceiridade genuína⁹⁰.

Essa representação, por se dar no Tempo, tem como característica a permanência, outro elo que Peirce faz com o paradigma científico de sua época, em síntese, ao “descobrir” uma novidade na natureza (a variedade da natureza, que está na Primeiridade) há um “choque” (fato bruto, Segundidade), que

⁸⁷ IBRI [1992] p.13

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ CP 5.104 apud IBRI [1992] p.15. “Now Thirdness is nothing but the character of an object which embodies Betweenness or Mediation in its simplest and most rudimentary form; and I use it as the name of that element of the phenomenon which is predominant wherever Mediation is predominant, and which reaches its fullness in Representation.”

⁹⁰ CP 1.366 “But what makes the real forces really there is the general law of nature which calls for them, and not for any other components of the resultant. Thus, or reason objectified, is what makes Thirdness genuine.”

produz uma nova Lei (permanência, Terceiridade), segundo Rosensohn: *A Terceiridade trazendo o primeiro e segundo na unidade intelectual, dota a sensibilidade, o homem encontra no mundo reagente experiência com significado e inteligibilidade*⁹¹.

De acordo com Peirce:

Parece, então, que as verdadeiras categorias da consciência são: primeiro, sentimento, a consciência que pode ser incluída em um instante de tempo, consciência passiva de qualidade, sem reconhecimento ou análise; segundo, consciência de interrupção no campo da consciência, sentido de resistência, de um fato externo, de alguma outra coisa, e terceiro, consciência sintética, ligação com o tempo, sentido de aprendizagem, pensamento⁹².

Isso é o que pretendemos ilustrar com o seguinte quadro:

Categoria	Interno	Externo	Elemento comum
Primeiridade	unidade, totalidade da contemplação	variedade, diversidade, diferença	Liberdade
Segundidade	reação do passado contra a consciência	reação fática (fato bruto)	Alteridade
Terceiridade	pensamento mediativo	ordem fática	Temporalidade

Em síntese, são necessárias três habilidades na fenomenologia: 1 - a habilidade de poeta (o olhar criador, heurístico) para ver as coisas sem mediação, criando um hiato, um pensamento não judicativo, suspenso no tempo; 2 -

⁹¹ ROSENSOHN [1974] p.91

⁹² W5: 246, apud IBRI [2002] p.73. No original: "it seems, then, that the true categories of consciousness are: first, feeling, the consciousness which can be included with an instant of time, passive consciousness of quality, without recognition or analysis; second, consciousness of an interruption into the field of consciousness, sense of resistance, of an external fact, of another something; third, synthetic consciousness, binding time together, sense of learning, thought."

a Atenção de um cão de caça para poder distinguir as diferenças, a alteridade; e 3 - o Poder generalizador do matemático, para ser capaz de aprender⁹³.

Optou-se por apresentar a Fenomenologia neste momento, pois nela encontra-se a base do edifício conceitual de Peirce. Como se verá adiante sua crítica a alguns conceitos cartesianos, tornou-se oportuno esclarecer a importância da aquisição do conhecimento através da experiência em relação aos fenômenos, isto é, uma contraposição ao inatismo e ao intuicionismo, que vimos em Descartes.

3. PEIRCE CONTRA O “ESPÍRITO DO CARTESIANISMO”

Segundo Meyers um dos temas centrais na filosofia de Peirce é a rejeição do que ele denominava *A salada do Cartesianismo*⁹⁴. Então, a presente parte da exposição iniciar-se-á com a definição de Peirce para o “Espírito do Cartesianismo”:

Descartes é o pai da filosofia moderna, e o espírito do cartesianismo – aquele que o distingue principalmente do escolasticismo que ele substituiu – pode ser resumidamente enunciado como segue:

- 1) Ensina que a filosofia deve começar com a dúvida universal, ao passo que o escolasticismo nunca questionou os princípios fundamentais.

⁹³ Este pedagógico “resumo” da Fenomenologia foi apresentado em alguma das inúmeras aulas com o Professor Ivo Ibri, fica aqui mais um agradecimento.

⁹⁴ MEYERS [1967] p.13

- 2) Ensina que a comprovação final da certeza encontra-se na consciência individual, ao passo que o escolasticismo se baseou no testemunho dos Doutos e da Igreja Católica.
- 3) A argumentação multiforme da idade média é substituída por uma linha singular de inferência que frequentemente depende de premissas imperceptíveis.
- 4) O escolasticismo tinha seus mistérios de fé, mas empreendeu uma explicação de todas as coisas criadas. Todavia, há muitos fatos que o cartesianismo não apenas não explica como também torna absolutamente inexplicáveis, a menos que dizer que “Deus os fez assim” há de ser considerado como uma explicação.⁹⁵

Embora Peirce não pretenda empreender um retorno ao escolasticismo, ele percebe que é preciso “atender as necessidades da ciência e da lógica modernas”⁹⁶. Ele tinha plena consciência das implicações decorrentes de sua crítica ao cartesianismo, levada a cabo no ensaio que precedeu a este⁹⁷, entre

⁹⁵ CP 5.264. “Descartes is the father of modern philosophy, and the spirit of Cartesianism -- that which principally distinguishes it from the scholasticism which it displaced -- may be compendiously stated as follows:

1. It teaches that philosophy must begin with universal doubt; whereas scholasticism had never questioned fundamentals.
2. It teaches that the ultimate test of certainty is to be found in the individual consciousness; whereas scholasticism had rested on the testimony of sages and of the Catholic Church.
3. The multiform argumentation of the middle ages is replaced by a single thread of inference depending often upon inconspicuous premises.
4. Scholasticism had its mysteries of faith, but undertook to explain all created things. But there are many facts which Cartesianism not only does not explain but renders absolutely inexplicable, unless to say that "God makes them so" is to be regarded as an explanation.”

⁹⁶ CP 5.265: “it seems to me that modern science and modern logic require us to stand upon a very different platform for this.”

⁹⁷ A crítica peirciana a Descartes surge pela primeira vez nos textos conhecidos como *Série Cognitiva* (*Cognition Series*), publicados originalmente no *Journal of Speculative Philosophy*, a saber: *Questões concernentes a certas faculdades reclamadas para o homem* (1868); *Algumas consequências das quatro incapacidades* (1868) e *Fundamentos para a validade das leis da lógica* (1869). No primeiro artigo dessa série podemos observar como Peirce desenvolve alguns dos resultados e consequências dos temas tratados em *Uma nova lista de categorias* (1867, publicado em 1868 em *Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences*) e também inferir que as principais preocupações de Peirce – que o levaram a desmontar e tese cartesiana – compreendiam problemas lógicos e metodológicos. No primeiro artigo da

elas a de que uma certeza intuitiva não é, de modo algum, lógica – fundada no argumento – e sim, psicológica – fundada na subjetividade humana – e, portanto, uma forma de certeza das mais incertas. O cartesianismo se coloca sobre uma base psicológica quando pressupõe uma teoria intuitiva da ação mental e usa a dúvida para forjar, na intuição, um ponto de partida absolutamente seguro para o conhecimento⁹⁸. Para Peirce a própria existência de conhecimento certo é colocada em questão, pois ele entende que todo conhecimento deve ser relacionado com os fatos externos.

Podemos ilustrar os argumentos de Peirce contrários ao Espírito do Cartesianismo da seguinte maneira:

- 1) Não faz sentido iniciar uma investigação através de uma negação total, pois cairemos em uma auto ilusão, uma dúvida radical seria, no máximo, psicológica.
- 2) Dizer que “aquilo de que eu estiver claramente convencido é verdadeiro” é tomar a consciência individual como critério de certeza, o que não é adequado. A verdade é algo coletivo e não individual, só podemos procurá-la na comunidade dos filósofos⁹⁹.
- 3) A filosofia deve se valer do método das ciências que são bem sucedidas em suas investigações adaptando-o às suas necessidades e peculiaridades, porém mantendo o rigor.

Série Cognitiva, Peirce efetua uma desconstrução dos argumentos cartesianos. O principal alvo de sua crítica é o “conceito de intuição”, que para ele, estava na base de todas as formas de cartesianismo. A intuição cartesiana é um ato de conhecimento imediato, instantâneo, direto, enfim, não mediado por nenhuma cognição prévia; nele repousa todo o nosso poder para chegar à luz da verdade das coisas. Ver SANTAELLA [2004] p. 33

⁹⁸ O conceito de Intuição será abordado adiante.

⁹⁹ Segundo MURPHY [1993] p.21: “Peirce procurava converter a Filosofia numa daquelas ‘ciências nas quais os homens chegam a um acordo’. Onde isso foi conseguido, pode-se falar de saber, verdade e realidade, mas tais conceitos serão fundados na “comunidade” dos inquiridores, não na consciência individual”.

4) Não faz sentido para Peirce, aceitar algo como inexplicável, pois:

Um fim último absolutamente inexplicável só pode ser conhecido como inexplicável através do raciocínio a partir de signos; mas, se a única justificativa para uma inferência a partir de signos é que a conclusão explique o fato, então supor algo absolutamente inexplicável é não explicá-lo; e sendo assim, tal suposição nunca é permitida¹⁰⁰.

O que devemos salientar é que o “centro”¹⁰¹ da crítica peirciana ao Espírito do Cartesianismo está no fato de este considerar que a intuição é uma fonte para um conhecimento certo e seguro. Para Peirce, de outro lado, nada seria mais inadequado do que fundar o conhecimento na intuição, o que seria a mesma coisa que depositar na consciência individual a certeza do conhecimento, na passagem seguinte fica evidente a posição do autor:

O mesmo formalismo aparece no critério cartesiano, que consiste no seguinte: “Tudo aquilo de que eu estiver claramente convencido é verdadeiro”. Se eu estivesse realmente convencido, não necessitaria do raciocínio e não exigiria comprovação de certeza alguma. Mas fazer assim de individuais singulares os juízes da verdade é coisa bastante perniciosa. O resultado é que os metafísicos concordarão todos que a metafísica alcançou um grau de certeza muito além das ciências físicas – só que não podem concordar a respeito de nada mais.¹⁰²

¹⁰⁰CP 5.265: “Now that anything is thus inexplicable can only be known by reasoning from signs. But the only justification of an inference from signs is that the conclusion explains the fact. To suppose the fact absolutely inexplicable is not to explain it, and hence this supposition is never allowable.”

¹⁰¹ E o que é diretamente relevante para nosso texto, pois não haveria nem espaço suficiente para destacar todos os *insights* que o estudo de uma obra fecunda como a de Peirce suscita em quem entra em contato com ela.

¹⁰² CP 5.265: “The same formalism appears in the Cartesian criterion, which amounts to this: ‘Whatever I am clearly convinced of, is true’ If I were really convinced, I should have done with reasoning and should require no test of certainty. But thus to make single individuals absolute judges of truth is most pernicious.”

Uma interessante abordagem acerca deste ponto pode-se encontrar em Bacha:

A filosofia de Descartes começa com a dúvida, que é algo que Peirce não aceita, para quem a filosofia deve começar com as crenças, porque só conseguimos nos livrar das crenças pela experiência. As crenças nos foram impressas no espírito pela experiência, não nos livra os delas por um ato de arbítrio, não podemos acreditar em coisas falsas¹⁰³.

De acordo com o que vimos no capítulo anterior, seria impossível para Peirce partir de uma dúvida hiperbólica, mesmo hipotética, para alcançar um conhecimento certo, pois somente existe algo (um fenômeno) se for experienciado. Nas palavras de Peirce:

Alguns filósofos tinham imaginado que para começar uma inquirição era apenas necessário formular uma questão ou escrevê-la num papel, e recomendaram-nos mesmo que iniciássemos os nossos estudos questionando tudo. Contudo, a mente não é estimulada a desencadear um estado de luta, posterior a um estado de crença, apenas por se enunciar uma proposição sob forma interrogativa. Deve existir uma dúvida real e viva, e sem ela toda a discussão é ociosa¹⁰⁴.

A questão central neste ponto é o conceito de dúvida, e, para Peirce, não podemos partir, no enfrentamento com os fenômenos, de outro ponto que

cious. The result is that metaphysicians will agree that metaphysics has reached a pitch of certainty far beyond that of the physical sciences: - only they can agree upon nothing else.”

¹⁰³ BACHA [1997] p.82

¹⁰⁴ CP 5.376: “Some philosophers have imagined that to start an inquiry it was only necessary to utter a question whether orally or by setting it down upon paper, and have even recommended us to begin our studies with questioning everything! But the mere putting of a proposition into the interrogative form does not stimulate the mind to any struggle after belief. There must be a real and living doubt, and without this all discussion is idle.”

não seja nossas certezas e nossas dúvidas reais. Apenas a vontade de afastar a verdadeira dúvida pode desencadear a inquirição. Nas palavras de Peirce:

O leitor chama **duvidar** o ato de escrever, num pedaço de papel, que duvida? Se a resposta for afirmativa, a dúvida nada tem a ver com qualquer assunto mais sério¹⁰⁵.

Em outro trecho podemos destacar este caráter de realidade na dúvida para Peirce:

Não podemos começar pela dúvida completa. Devemos começar com todos os preconceitos que de fato temos quando começamos o estudo da filosofia. Tais preconceitos não podem ser descartados por uma máxima, pois são coisas que não nos parecem que possam ser questionadas. Assim esse ceticismo inicial será mero autoengano, e não dúvida real; e ninguém que siga o método cartesiano se dará por satisfeito até que tenha recuperado formalmente todas aquelas crenças que abandonou formalmente¹⁰⁶.

Segundo Hausman, “o propósito da inquirição para Peirce é resolver a dúvida substituindo-a por crenças”¹⁰⁷.

Em Peirce: A dúvida é um estado de desconforto e insatisfação do qual lutamos para nos libertar e passar ao estado de crença; enquanto este último é um estado calmo e satisfatório que não

¹⁰⁵ CP 5.416: “Do you call it **doubting** to write down on a piece of paper that you doubt? If so, doubt has nothing to do with any serious business.” Grifo do autor.

¹⁰⁶ CP 5.265: “We cannot begin with complete doubt. We must begin with all the prejudices which we actually have when we enter upon the study of philosophy. These prejudices are not to be dispelled by a maxim, for they are things which it does not occur to us can be questioned. Hence this initial skepticism will be a mere self-deception, and not real doubt; and no one who follows the Cartesian method will ever be satisfied until he has formally recovered all those beliefs which in form he has given up.”

¹⁰⁷ HAUSMAN [1993] p.05

desejamos evitar, ou alterar por uma crença noutra coisa qualquer¹⁰⁸.

Peirce procura demonstrar uma distinção entre crença e dúvida; afirmando que a crença envolve uma regra ou um hábito com base no qual uma pessoa está preparada para agir, ao passo que a dúvida não envolve tal regra de ação:

Geralmente, conhecemos bem a diferença entre o desejo de colocar uma questão e o desejo de enunciar um juízo; de fato, existe uma dissimilaridade entre a sensação de dúvida e a sensação de crença. Mas não se resume a isso aquilo que distingue a dúvida da crença. Existe também uma diferença prática. As nossas crenças guiam nossos desejos e moldam nossas ações [...] O sentimento de crença é uma indicação mais ou menos segura de que se está estabelecendo na nossa natureza um hábito que determinará as nossas ações. A dúvida jamais possui esse efeito¹⁰⁹.

A dúvida, porém, implica um estado de desassossego e insatisfação que não dá orientação, ou, em outros termos, uma forma de proceder. Portanto, lutamos para nos libertarmos dele, para adquirirmos um hábito de ação, para atingirmos um estado de crença:

A crença não nos leva a agir imediatamente; coloca-nos numa condição tal que nós agiremos de certa forma logo que a ocasião

¹⁰⁸ CP 5.372: "Doubt is an uneasy and dissatisfied state from which we struggle to free ourselves and pass into the state of belief; while the latter is a calm and satisfactory state which we do not wish to avoid, or to change to a belief in anything else."

¹⁰⁹ CP 5.370-371: "We generally know when we wish to ask a question and when we wish to pronounce a judgment, for there is a dissimilarity between the sensation of doubting and that of believing. But this is not all which distinguishes doubt from belief. There is a practical difference. Our beliefs guide our desires and shape our actions. [...] The feeling of believing is a more or less sure indication of there being established in our nature some habit which will determine our actions. Doubt never has such an effect."

surja. A dúvida não possui este efeito ativo, mas estimula-nos a inquirir até a destruímos¹¹⁰.

Peirce defende o fato de a irritação da dúvida ser o único motivo imediato para se lutar por atingir a crença, e a fixação da crença o único objetivo da inquirição. Para iniciar uma inquirição deve-se ter uma dúvida real ou genuína, não apenas uma dúvida pretensa.

Enfim, ficou claro que, para Peirce, não faz sentido buscar o conhecimento em alguma coisa que não possa ser realmente passível de experiência, não importa a natureza do fenômeno, ele deve ser real e experienciável, portanto, contrário à dúvida metódica cartesiana, baseada na intuição.

Através de sua clareza e senso de humor afiado, Peirce apresenta o problema da Intuição no cartesianismo, que veremos a seguir.

3.1. Peirce e a ideia cartesiana de intuição.

Peirce questiona¹¹¹ a possibilidade de distinguirmos quando uma cognição faz referência imediata a seu objeto e quando é determinada por cognições anteriores. Segundo Hausman, “a questão vai diretamente ao ponto em que não pode haver uma primeira cognição que não é determinada por uma cognição anterior”¹¹². Para tanto, precisamos esclarecer alguns pontos: o que Peirce considera uma cognição? Em que difere uma cognição determinada por outra daquela que diz respeito imediatamente a seu objeto?:

Neste texto, o termo **intuição** será tomado como significando uma cognição não determinada por uma cognição prévia do

¹¹⁰ CP 5.373: “Belief does not make us act at once, but puts us into such a condition that we shall behave in some certain way, when the occasion arises. Doubt has not the least such active effect, but stimulates us to inquiry until it is destroyed.”

¹¹¹ O centro da crítica de Peirce ao conceito cartesiano de Intuição encontra-se em *Questões referentes a certas faculdades reivindicadas pelo homem*, CP 5.213.

¹¹² HAUSMAN [1993] p.63

mesmo objeto, e que, portanto, está determinado por algo exterior à consciência. Que me seja permitido chamar a atenção do leitor para este ponto. **Intuição**, aqui, será quase a mesma coisa que “premissa que não é, ela mesma, uma conclusão”; sendo a única diferença o fato de que as premissas e conclusões são juízos, enquanto que uma intuição, tal como se enuncia sua definição, pode ser um tipo qualquer de cognição. Mas assim como uma conclusão (boa ou má) é determinada na mente daquele que raciocina por suas premissas, da mesma forma cognições que não sejam juízos podem ser determinadas por cognições prévias; e uma cognição que não é assim determinada, e que, portanto, é determinada diretamente pelo objeto transcendental, deve ser denominada de **intuição**.¹¹³

Em seu estilo científico, Peirce apresenta no trecho acima as condições através das quais as **cognições** podem ser consideradas **intuições**. Mas ao que parece, o autor trata de propor uma maneira de tratar o termo **intuição**, ao mesmo tempo em que se preocupa em esclarecer se existe uma capacidade que permita identificar quais as cognições que podem receber realmente o nome de intuição. Há uma diferença grande entre “ter uma intuição” e “saber intuitivamente que isto é uma intuição”¹¹⁴. A nosso ver, não há muita dificuldade entre aceitar o sentido de um conhecimento que, entendido como alguma coisa

¹¹³ CP 5.213: “Throughout this paper, the term **intuition** will be taken as signifying a cognition not determined by a previous cognition of the same object, and therefore so determined by something out of the consciousness. Let me request the reader to note this. **Intuition** here will be nearly the same as “premise not itself a conclusion”; the only difference being that premises and conclusions are judgments, whereas an intuition may, as far as its definition states, be any kind of cognition whatever. But just as a conclusion (good or bad) is determined in the mind of the reasoner by its premises, so cognitions not judgments may be determined by previous cognitions; and a cognition not so determined, and therefore determined directly by the transcendental object, is to be termed an **intuition**.” Grifos do autor.

¹¹⁴ CP 5.124: “Now, it is plainly one thing to have an intuition and another to know intuitively that it is an intuition.”

que está imediatamente presente ao pensamento, poderia ser reconhecido como uma intuição de si mesma¹¹⁵; o que incomoda Peirce é saber se “ter intuições e saber intuitivamente que isto é uma intuição”, distinguíveis conceitualmente, estão ligados de maneira que em algum ponto, possamos ter a capacidade de estabelecer uma diferenciação entre uma intuição conhecida intuitivamente e um conhecimento não intuitivo determinado por outro conhecimento, em outras palavras, uma inferência:

Não há evidências de que temos esta faculdade, exceto que parecemos **sentir** que a temos. Mas o peso deste testemunho depende inteiramente do fato de se supor que nos é dado o poder de distinguir neste sentimento, se o sentimento é resultado de educação, velhas associações, etc. ou se é uma intuição cognitiva; ou, em outras palavras, depende de se pressupor a própria matéria sobre a qual versa o testemunho. É este sentimento infalível? E assim por diante, **ad infinitum**? Supondo-se que um homem realmente pudesse encerrar-se numa fé deste tipo, ele seria, por certo impermeável à verdade, à prova-evidência¹¹⁶.

Logo na primeira frase do trecho supracitado, Peirce marca sua posição com ênfase: “não há evidências de que temos esta faculdade”. Há uma diferença bem considerável entre sentir alguma coisa e provar a existência de algo. O que parece “incomodar” Peirce não é tanto o fato de “aparentemente” con-

¹¹⁵ Não parece “absurdo” aceitar o *Cogito*, pelo viés do senso comum.

¹¹⁶ CP 5.214: “There is no evidence that we have this faculty, except that we seem to **feel** that we have it. But the weight of that testimony depends entirely on our being supposed to have the power of distinguishing in this feeling whether the feeling be the result of education, old associations, etc., or whether it is an intuitive cognition; or, in other words, it depends on presupposing the very matter testified to. Is this feeling infallible? And is this judgment concerning it infallible, and so on, **ad infinitum**? Supposing that a man really could shut himself up in such a faith, he would be, of course, impervious to the truth, ‘evidence-proof.’” Grifos do autor.

cordarmos com a intuição de Descartes, mas justamente a *certeza* em relação ao sentimento intuitivo, pois, com uma mente de cientista, Peirce jamais concordaria com uma demonstração que prescindiria dela mesma para ser demonstrada, uma petição de princípio no sentido de que, para provarmos a faculdade da Intuição nos moldes cartesianos, precisaríamos ter a intuição da mesma faculdade. Diante da dificuldade, Silva Filho questiona:

Como afirmar que uma inferência que parta de um princípio que não tenha sido formado em nossa vida real pela educação e pelos hábitos seja infalível? Como afirmar a certeza nascida intuitivamente (“reporta imediatamente ao seu objetivo”) ou foi apreendida na rede pública das regras lógicas compartilhadas pela comunidade (“conhecimento prévio”)?¹¹⁷

O problema está exatamente na questão da autoconsciência, em

Peirce:

A autoconsciência deve ser distinguida tanto da consciência em termos gerais, quanto no sentido interno e da pura apercepção. Toda cognição é uma consciência do objeto tal como ele é representado; por autoconsciência entende-se um conhecimento de nós mesmos. Não mera sensação das condições subjetivas da consciência [...] a pura apercepção é auto asserção do **ego**; a autoconsciência, tal como aqui se entende, é a reconhecimento de meu eu **privado**. Sei que **eu** (não apenas **o** eu) existo. A ques-

¹¹⁷ SILVA FILHO [2002] p.402.

tão é: como sei disso: por uma faculdade intuitiva especial ou esse conhecimento é determinado por cognições prévias?¹¹⁸.

Novamente recorre-se à Silva Filho, que ‘desembaraça’ esta citação da seguinte maneira:

A consciência que temos de nós mesmos tem inexoravelmente a característica inferencial (mesmo que as inferências que adotamos nos induzam a considerar tal consciência como imediata). Como recorrer à “autoconsciência intuitiva” como “primeiro conhecimento” se nossa consciência é o resultado de conjecturas e hipóteses adquiridas pela educação e pela convivência com os outros?¹¹⁹

O que resolveria a questão seria a possibilidade de separarmos intuitivamente o que acreditamos do que concebemos, mas não é esta a solução de Peirce, vejamos:

E se não dispuséssemos de nenhum poder intuitivo para distinguir entre aquilo que acreditamos e aquilo que meramente concebemos, jamais poderíamos, ao que parece, distingui-los; dado que se o fizéssemos através do raciocínio, colocar-se-ia a questão de saber se o próprio argumento foi acreditado ou concebido, e isto deve ser respondido antes que a conclusão possa ter alguma força. Assim haveria um *regressus ad infinitum*¹²⁰.

¹¹⁸ CP 5.225: “Self-consciousness, as the term is here used, is to be distinguished both from consciousness generally, from the internal sense, and from pure apperception. Any cognition is a consciousness of the object as represented; by self-consciousness is meant a knowledge of ourselves. Not a mere feeling of subjective conditions of consciousness, but of our personal selves. Pure apperception is the self-assertion of THE **ego**; the self-consciousness here meant is the recognition of my **private** self. I know that I (not merely **the** I) exist. The question is, how do I know it; by a special intuitive faculty, or is it determined by previous cognitions?” Grifos do autor.

¹¹⁹ SILVA FILHO [2002] p.404

¹²⁰ CP 5.239: “And if we had no intuitive power of distinguishing between what we believe and what we merely conceive, we never, it would seem, could in any way distinguish them; since if we did so by reasoning, the question would arise whether the argument itself was believed or conceived, and this must

Para sair deste dilema, Peirce salienta que, independentemente do conteúdo dos pensamentos, eles devem ter sido mediados e externalizados:

Se seguirmos o enfoque dos fatos externos, os únicos casos de pensamento que nos é dado encontrar são de pensamento em signos. Não há, de modo claro, qualquer outro pensamento que possa ser evidenciado pelos fatos externos. Mas já vimos que só através dos fatos externos é que o pensamento pode ser em geral conhecido. Desta forma, o único pensamento possivelmente conhecível é o pensamento em signos. Mas um pensamento que não se pode conhecer não existe. Todo pensamento, portanto, deve necessariamente estar nos signos.¹²¹

Signo aqui é, segundo Merrel, “alguma coisa que sob certos aspectos e qualidades, representa algo para alguém, criando na mente do intérprete uma representação da representação, ou um novo signo equivalente ao primeiro”¹²².

Na interpretação de Eco, podemos notar que:

O signo convencional interpreta signos anteriores e é interpretado por outros signos que suscita: não há signo que não exija uma certa forma de interpretação e não remeta, ele mesmo, a um signo. Por isso, o signo não é uma representação no sentido

be answered before the conclusion could have any force. And thus there would be a regressus ad infinitum.”

¹²¹ CP 5.251: “If we seek the light of external facts, the only cases of thought which we can find are of thought in signs. Plainly, no other thought can be evidenced by external facts. But we have seen that only by external facts can thought be known at all. The only thought, then, which can possibly be cognized is thought in signs. But thought which cannot be cognized does not exist. All thought, therefore, must necessarily be in signs.”

¹²² Para um aprofundamento do conceito de signo em Peirce, ver MERREL [1997].

no sentido da concepção mentalista, mas uma relação que envolve a linguagem, o mundo, o corpo, a regra, o geral¹²³.

A principal característica contrária à intuição cartesiana está no fato de Peirce fundamentar o pensamento no signo, e, com isso estabelecendo uma relação e não uma simples presença ou uma iluminação, como para Descartes. Vejamos mais uma passagem de Peirce:

Da proposição de que todo pensamento é um signo, segue-se que todo pensamento deve endereçar-se a algum outro pensamento, deve determinar algum outro pensamento, uma vez que essa é a essência do signo. Assim, esta não passa de uma outra forma do axioma familiar segundo o qual, na intuição, **i.e.**, no presente imediato, não há pensamento, ou que tudo aquilo sobre que se reflete tem um passado. **Hinc loquor inde est**. O fato de que a partir de um pensamento deve ter havido um outro pensamento tem um análogo no fato de que a partir de um momento passado qualquer, deve ter havido uma série infinita de momentos. Portanto, dizer que o pensamento não pode acontecer num instante, mas que requer um tempo, não é senão outra maneira de dizer que todo pensamento deve ser interpretado em outro, ou que todo pensamento está em signos¹²⁴.

A título de encerramento, será resgatada outra passagem de Peirce, na qual ele “resume” sua crítica ao Espírito do Cartesianismo:

¹²³ ECO. [1973] p.48

¹²⁴ CP 5.253 “From the proposition that every thought is a sign, it follows that every thought must address itself to some other, must determine some other, since that is the essence of a sign. This, after all, is but another form of the familiar axiom, that in intuition, **i.e.**, in the immediate present, there is no thought, or, that all which is reflected upon has past. **Hinc loquor inde est**. That, since any thought, there must have been a thought, has its analogue in the fact that, since any past time, there must have been an infinite series of times. To say, therefore, that thought cannot happen in an instant, but requires a time, is but another way of saying that every thought must be interpreted in another, or that all thought is in signs”

- 1) Não temos poder algum de Introspecção, mas, sim, todo conhecimento do mundo interno deriva-se, por raciocínio hipotético, de nosso conhecimento dos fatos externos.
- 2) Não temos poder algum de Intuição, mas, sim, toda cognição é determinada logicamente por cognições anteriores.
- 3) Não temos poder algum de pensar sem signos.
- 4) Não temos concepção alguma do absolutamente incognoscível.¹²⁵

Em Haak¹²⁶ encontramos uma sucinta tabela comparativa que vale a pena reproduzirmos aqui:

DESCARTES	PEIRCE
Método da Dúvida	Impossibilidade de um Método da dúvida: a dúvida involuntária necessita de razão específica e deve iniciar com nossas crenças.
Individualismo. Certeza da autoconsciência. Rejeição da Tradição. Autoridade	Orientação para a comunidade. Definição de verdade e realidade através de um acordo intersubjetivo. Individual é "locus" de ignorância e erro. Autoconsciência é aprendida via interação com outros. Todo pensamento é feito em signos públicos.
Dogmatismo: busca da certeza. Cadeia de inferências	Falibilismo. Nenhuma intuição infalível. Não há primeiras premissas indubitáveis. Continuidade do conhecimento.
Inexplicáveis (Deus assim fez)	Não há incognoscíveis

Para Peirce, o fato de a intuição cartesiana ser *a priori* é simplesmente inconcebível. Então, como ele diferencia os conceitos de clareza e distinção? Esse é o assunto da próxima parte.

¹²⁵ CP 5.265 1: "We have no power of Introspection, but all knowledge of the internal world is derived by hypothetical reasoning from our knowledge of external facts. 2. We have no power of Intuition, but every cognition is determined logically by previous cognitions. 3. We have no power of thinking without signs. 4. We have no conception of the absolutely incognizable."

¹²⁶ HAAK [1983] p.240

4. CLAREZA E DISTINÇÃO: UMA ABORDAGEM PEIRCIANA SOBRE COMO TORNAR CLARAS AS NOSSAS IDEIAS

Considerado como a fonte do pensamento pragmatista na América¹²⁷, o título do artigo nos remete a Descartes, e este era o intuito de Peirce, a saber, criticar a doutrina de clareza das ideias daquele e passar a desenvolver seu próprio método para determinar o significado de conceitos. O artigo Como Tornar Claras as Nossas Ideias¹²⁸, segundo Bacha:

[...] à semelhança de Descartes, Peirce reconhecia a necessidade de um método para se chegar a crenças confiáveis, sendo a dúvida o ponto de partida. Mas a concepção peirciana da dúvida é muito diferente daquela de Descartes¹²⁹.

A diferença salientada encontra-se em: “há três coisas que não podemos jamais esperar obter pelo raciocínio, a saber: certeza absoluta, verdade absoluta e universalidade absoluta.”¹³⁰

Peirce esclarece as ideias ou conceitos em três níveis, sendo os dois primeiros referentes à lógica tradicional e o terceiro, e mais importante, o que apreende por completo o significado do pensamento segundo os efeitos “concebíveis” dos objetos a ele referentes, *sumarizado na forma de uma máxima*.¹³¹

¹²⁷ FITZGERALD [1965] p.53 Apesar do início estimulante, o artigo propõe que o referido trabalho de Peirce fora “supervalorizado” pelos comentadores até então, fica um registro.

¹²⁸ CP 5.388 *Como tornar claras as nossas ideias* é o segundo ensaio da série Ilustrações da Lógica da Ciência, originalmente publicado em 1878 na Popular Science Monthly.

¹²⁹ BACHA [1997] p.96

¹³⁰ CP 1.141: “There are three things to which we can never hope to attain by reasoning, namely, absolute certainty, absolute exactitude, absolute universality.” Apud. BACHA [1997]

¹³¹ “Considere quais efeitos, que possam concebivelmente ter consequências práticas, concebemos que o objeto de nossa concepção tenha. Então, nossa concepção desses efeitos, é o todo de nossa concepção

Clareza e distinção

Peirce começa por criticar a posição imanentista da filosofia cartesiana relativamente à apreensão das ideias:

Quando Descartes se propôs reconstruir a Filosofia, seu primeiro passo foi no sentido de (teoricamente) possibilitar o ceticismo e afastar o hábito de os escolásticos verem na autoridade a fonte última da verdade [...] e acreditou encontrá-la na mente humana; e dessa maneira, passou, pelo caminho mais imediato, do método da autoridade para o do apriorismo.

E, um pouco mais adiante Peirce continua: “ele foi levado a assinalar, como primeira condição de verdade, o serem claras as ideias. A distinção entre uma ideia aparentemente clara e realmente clara, nunca lhe ocorreu”¹³².

Contra a ideia de clareza, entendida esta como a capacidade de reconhecer uma ideia em qualquer circunstância que ela ocorra e nunca a confundir com nenhuma outra, Peirce levanta duas objeções. Em primeiro lugar, isso representaria uma capacidade sobre-humana. Com efeito, quem poderia reconhecer uma ideia em todos os contextos e em todas as formas em que ela surgisse, não duvidando nunca da sua identidade? Identificar uma ideia em circunstâncias diversas não é tarefa fácil, e identificá-la em todas as suas

do objeto” (EP. 1, 132) É essa máxima que William James tornou famosa vinte anos mais tarde, em sua fala de 1898, em Berkeley, quando a chamou de “princípio do pragmatismo”. Conferir: De WAAL [2001] p.25.

¹³² CP 5.391: “When Descartes set about the reconstruction of philosophy, his first step was to (theoretically) permit scepticism and to discard the practice of the schoolmen of looking to authority as the ultimate source of truth.[...] , and thought he found it in the human mind; thus passing, in the directest way, from the method of authority to that of apriority[...] But since, evidently, not all ideas are true, he was led to note, as the first condition of infallibility, that they must be clear. The distinction between an idea seeming clear and really being so, never occurred to him.”

formas é com certeza tarefa que implicaria “uma força e uma clareza tão prodigiosas do intelecto como se encontram raramente neste mundo.”¹³³ Em segundo lugar, esse reconhecimento não seria mais do que uma familiaridade com a ideia em causa. Neste caso, porém, teríamos um sentimento subjetivo, sem qualquer valor lógico. A clareza de uma ideia não pode resumir-se a uma impressão. Por seu lado, a noção de **distinção**, introduzida para superar as deficiências desta concepção de clareza, exige que todos os elementos de uma ideia sejam claros. A distinção de uma ideia significaria, portanto, a possibilidade de a definir em termos abstratos, como escreveu Peirce: “uma ideia é distintamente apreendida quando dela podemos dar uma definição precisa, em termos abstratos.”¹³⁴ A crítica capital de Peirce à noção cartesiana de clareza e distinção é a de que essas noções não permitem decidir entre uma ideia que parece clara e uma outra que o é. Há homens que parecendo estar esclarecidos e determinados defendem opiniões contrárias sobre princípios fundamentais. Alguém pode estar muito convencido da clareza de uma ideia que não o é. Em Bacha encontra-se: “algumas ideias claras e distintas se mostraram posteriormente grandes falsidades, no confronto com os fatos.”¹³⁵

Peirce não descarta os dois critérios que pertencem à lógica tradicional, mas os considera insuficientes para o estabelecimento da clareza das ideias; criticando o primeiro por depender demais da introspecção, e o segundo pela exigência da definição abstrata.

¹³³ CP 5.389: “would indeed imply such prodigious force and clearness of intellect as is seldom met with in this world.”

¹³⁴ CP 5.390 *an idea is distinctly apprehended, according to them, when we can give a precise definition of it, in abstract terms.*

¹³⁵ BACHA [1997] p.103

Em Magalhães encontramos a seguinte argumentação acerca dos graus de clareza:

Os dois primeiros graus de clareza de apreensão dos conceitos são a *familiaridade* e a *definição*: a familiaridade com uma noção pode ser considerada como um primeiro passo, e sua definição como um segundo passo para a sua clara apreensão¹³⁶.

Ao método intuitivo cartesiano contrapõe Peirce o seu método baseado em um terceiro grau de clareza; o critério de significação pragmático, formulado segundo o que mais tarde ficou conhecido como a máxima pragmática.

4.1. O critério de significação pragmático

O critério de significação pragmático é uma maneira que Peirce encontrou para “melhorar” Descartes¹³⁷, e é assim considerada por adicionar um elemento experimental na direção do esclarecimento das ideias envolvendo a aplicação da sua máxima pragmática:

Considere quais efeitos, que poderiam concebivelmente ter consequências práticas, concebemos que tenha o objeto de nossa concepção. Então, nossa concepção desses efeitos é o todo de nossa concepção do objeto.¹³⁸

Como salienta De Waal:

¹³⁶ MAGALHÃES [2006] p.54

¹³⁷ HOUSER [2004] p.06. “Peirce acreditava que Descartes poderia ser melhorado pela adição de um terceiro nível de clareza.”

¹³⁸ CP 5.402 “Consider what effects, that might conceivably have practical bearings, we conceive the object of our conception to have. Then, our conception of these effects is the whole of our conception of the object”

[...] a aplicação da máxima a uma concepção do segundo grau de clareza nos dá o que Peirce chama de terceiro grau de clareza. Uma vantagem crucial desse terceiro grau de clareza é que relaciona o significado diretamente ao processo de inquirição, em vez de impô-lo de fora sobre a inquirição, como se fosse uma definição abstrata.¹³⁹

Outra elucidação do Terceiro grau de clareza encontramos em Magalhães:

O terceiro grau de clareza de apreensão é alcançado quando concebemos experimentos que confirmariam, ou não confirmariam, as nossas hipóteses sobre as propriedades do objeto a que o conceito se refere¹⁴⁰.

Peirce oferece algumas ilustrações da máxima pragmática no próprio texto, para mostrar como ela funciona; ao esclarecer o que significa denominar algo como *duro* ou o que significa a *dureza*. A máxima estipula que devemos considerar as consequências práticas que se seguiriam; mas o importante é considerar **de quê** seguiriam, a saber, de operações experimentais controladas¹⁴¹; por exemplo, podemos manusear algum objeto considerado duro e antecipar que, sendo duro, o objeto resistirá às tentativas de deformá-lo; mas a intenção do autor não é provar a existência de algo duro ou da própria dureza, é explicar o significado do conceito de dureza, e para isso, é preciso especificar quais os resultados previsíveis que se seguem necessariamente a certas operações especificamente projetadas para produzir os resultados, ou

¹³⁹ DE WAAL. [2004] p.41.

¹⁴⁰ MAGALHÃES [2006] Idem.

¹⁴¹ “Não há absolutamente diferença entre uma coisa dura e uma coisa mole, **enquanto não submetidas a teste**” CP 5.403 os grifos são nossos. No original: “There is absolutely no difference between a hard thing and a soft thing so long as they are not brought to the test.”

seja, a soma dos resultados previsíveis constituirá todo o significado do conceito geral.

Em Ibri, vemos mais claramente essa ligação: “**significado** estaria associado a **geral** e **consequências práticas** a **particular**.”¹⁴² Para ilustrar melhor esta ideia continuaremos com o próprio Peirce e sua análise do conceito de realidade.

O que significa dizer que algo é real? Examinando a ideia pelo primeiro grau de clareza, Peirce não encontra dificuldades em explicá-lo. Estamos familiarizados com reflexões do tipo: essa situação não é real; ou ainda, é mesmo real a sua participação? Ou seja, neste nível, “toda criança dela se utiliza com segurança perfeita, jamais imaginando que não a entende”¹⁴³; o problema se expande na medida em que ascendemos ao segundo grau de clareza para explicá-lo.¹⁴⁴ Num primeiro momento, Peirce nos convida a considerar acerca da ficção, visto que real pode ser “abstratamente” definido como oposto à ficção: “uma ficção é um produto da imaginação, tendo os caracteres que o pensamento nela imprima. O fato de esses caracteres serem independentes de como você ou eu pensemos é uma realidade externa”¹⁴⁵, ou seja, ao definirmos a ficção como oposta ao real, estaremos dando uma definição, que já é uma realidade.

Há, no entanto, o fato de que nossos pensamentos ou desejos são reais **enquanto** pensamentos ou desejos, portanto necessita de um novo teste; isto é, se alguma coisa é realmente pensada ou desejada, **esse fato** não depende

¹⁴² IBRI [2000] p.31. Os grifos são nossos.

¹⁴³ CP 5.405 “Every child uses it with perfect confidence, never dreaming that he does not understand it”

¹⁴⁴ Idem. “[...] a maioria dos homens, mesmo os de espírito reflexivo, encontraria dificuldade para elaborar uma abstrata definição do real.” No original: “[...] it would probably puzzle most men, even among those of a reflective turn of mind, to give an abstract definition of the real”

¹⁴⁵ CP 5.405: “A figment is a product of somebody's imagination; it has such characters as his thought impresses upon it.”

do que pensemos a seu respeito: “embora seus caracteres dependam de como pensamos, não dependem daquilo que pensamos que esses caracteres são”¹⁴⁶; nada se torna real em virtude de ser pensado, então o segundo grau de compreensão do real para Peirce é: “aquele cujas características independem do que qualquer pessoa possa pensar que sejam”¹⁴⁷.

Para atingir o terceiro grau de clareza, Peirce precisa, então, aplicar sua regra, ou seja, a realidade deve também, como com qualquer conceito, “consistir nos peculiares efeitos sensíveis produzidos pelas coisas que dela compartilham”¹⁴⁸, e ele sustenta que “o único efeito que as coisas reais têm é produzir crença, pois todas as sensações que elas estimulam brotam na consciência sob a forma de crenças”¹⁴⁹, e como salienta Houser: “[...] porém algumas crenças são causadas por ficções ou falsidades, não reais, portanto se desejamos esclarecer a natureza da realidade temos que identificar os efeitos corretos da realidade, as crenças verdadeiras”¹⁵⁰. E as crenças verdadeiras são consideradas por Peirce como aquelas determinadas por uma investigação: “a opinião que será, finalmente, sustentada por todos os que investigam é o que entendemos por verdade, e o objeto que nesta opinião se representa é o real”¹⁵¹.

Para Peirce, o significado experimental do conceito de realidade teria que resistir à investigação contínua de uma comunidade de investigadores, e

¹⁴⁶ CP 5.405: “But though their characters depend on how we think, they do not depend on what we think those characters to be.”

¹⁴⁷ CP 5.405: “Thus we may define the real as that whose characters are independent of what anybody may think them to be.”

¹⁴⁸ CP 5.406: “According to them, reality, like every other quality, consists in the peculiar sensible effects which things partaking of it produce”

¹⁴⁹ Idem: “The only effect which real things have is to cause belief, for all the sensations which they excite emerge into consciousness in the form of beliefs.”

¹⁵⁰ HOUSER [2004] p.08.

¹⁵¹ CP 5.407: “The opinion which is fated to be ultimately agreed to by all who investigate, is what we mean by the truth, and the object represented in this opinion is the real. That is the way I would explain reality.”

conclui com: “a realidade daquilo que é real depende do fato real de que a investigação tem como termo final, se prolongada suficientemente, o propósito de conduzir a uma crença no real” ¹⁵².

Diante disso, pode-se concluir que, para Peirce, as crenças são fundamentais para a ação humana, e quando elas tornam-se hábitos, é praticamente impossível lançar dúvidas sobre elas, posição absolutamente contrária à experiência da dúvida cartesiana, que, como vimos, consiste em deixar de lado tudo o que for obscuro para se chegar a ideias indubitáveis, ou claras e distintas.

Para Peirce, a investigação da clareza do raciocínio se dá pela consideração do mundo e nunca por uma dúvida exacerbada, mesmo que metódica. Peirce opõe-se a Descartes quanto à clareza e distinção das ideias, exatamente pela impossibilidade de se afirmar que uma ideia é realmente certa. As ideias podem diferir em graus de familiaridade, mas não de absoluta certeza. Para Peirce, para tornar as ideias claras, é preciso estabelecer uma relação entre as ideias e a ação. Desse modo, ele conclui que “a função do pensamento consiste exclusivamente em formar hábitos de ação” ¹⁵³, isto é, o que torna as ideias claras é a verificação de quais ações são implicadas por elas. É a característica do pragmatismo de Peirce, doutrina na qual “a ação traduz-se no propósito racional do conceito” ¹⁵⁴.

A próxima parte da dissertação traz uma cadeia de raciocínio empreendida por Peirce, através da qual alguns dos conceitos até o momento expostos serão organizados.

¹⁵² CP 5.408: “But the reality of that which is real does depend on the real fact that investigation is destined to lead, at last, if continued long enough, to a belief in it.”

¹⁵³ CP 5.400: “[...] the whole function of thought is to produce habits of action.”

¹⁵⁴ IBRI [1992] p.98

5. UM EXEMPLO DE CLAREZA CIENTÍFICA: SOBRE OS TRÊS TIPOS DE RACIOCÍNIO

Esta última parte da pesquisa visa buscar, em um exemplo de Peirce, uma argumentação através da qual os conceitos vistos até aqui “ganhem forma”, isto é, um encadeamento no qual possamos distinguir os elementos de clareza e distinção, implícitos na obra do autor.

Peirce considerava que a divisão triádica dos raciocínios “pode ser apresentada como sendo a Chave da Lógica.”¹⁵⁵ Considera-se oportuno, então, analisar as inferências como um exemplo.

Os três tipos de inferência considerados por Peirce são a dedução, a indução e a abdução. Em um texto de 1903, os três tipos de inferências são caracterizados da seguinte maneira:

A dedução é o único raciocínio necessário. É aquilo que constitui o raciocínio da matemática. Ela principia por uma hipótese, cuja verdade ou falsidade nada tem a ver com o raciocínio; óbvio é que suas conclusões são igualmente ideais (...) a indução é o teste experimental de uma teoria. Sua justificação é que embora a conclusão, em qualquer estágio da investigação, possa ser mais ou menos errônea, a aplicação continuada do mesmo método deve corrigir o erro. A única coisa que a indução perfaz é determinar o valor de uma quantidade. Ela parte de uma teoria e avalia seu grau de concordância com os fatos.

¹⁵⁵ CP 2.98: “The division of all inference into Abduction, Deduction and Induction may almost be said the Key of Logic”

Ela nunca pode dar origem a qualquer ideia que seja. Nem o pode fazer a dedução. Todas as ideias da ciência surgem através da abdução¹⁵⁶.

No texto *Dedução, indução e hipótese*, de 1878¹⁵⁷, Peirce oferece, por meio de exemplos, uma descrição clara do que ele entende por cada um dos tipos de raciocínio, desse modo temos os seguintes silogismos:

Dedução:

Regra: *Todos os feijões desta sacola são brancos*

Caso: *Estes feijões são desta sacola*

Resultado: *Estes feijões são brancos.*

Indução:

Caso: *Estes feijões são desta sacola*

Resultado: *Estes feijões são brancos*

Regra: *Todos os feijões desta sacola são brancos*

Hipótese:

Regra: *Todos os feijões desta sacola são brancos*

Resultado: *Estes feijões são brancos*

Caso: *Estes feijões são desta sacola.*¹⁵⁸

¹⁵⁶ CP 5.145: Deduction is the only necessary reasoning. It is the reasoning of mathematics. It starts from a hypothesis, the truth or falsity of which has nothing to do with the reasoning; and of course its conclusions are equally ideal. The ordinary use of the doctrine of chances is necessary reasoning, although it is reasoning concerning probabilities. Induction is the experimental testing of a theory. The justification of it is that, although the conclusion at any stage of the investigation may be more or less erroneous, yet the further application of the same method must correct the error. The only thing that induction accomplishes is to determine the value of a quantity. It sets out with a theory and it measures the degree of concordance of that theory with fact. It never can originate any idea whatever. No more can deduction. All the ideas of science come to it by the way of Abduction.

¹⁵⁷ CP 2.619

¹⁵⁸ CP 2.623: "DEDUCTION.

Rule.--All the beans from this bag are white.

Case.--These beans are from this bag.

..Result.--These beans are white.

INDUCTION.

Case.--These beans are from this bag.

Segundo Santaella, Peirce:

Mostra a correlação das três formas de inferência com as três figuras do silogismo. Ao negar a intuição cartesiana, Peirce resolve o problema das premissas. Assim a hipótese é responsável pelos julgamentos perceptivos e pela introdução de premissas menores em geral¹⁵⁹.

Vejamos os três tipos de inferência:

No texto: *A natureza do significado*, Peirce apresenta uma síntese:

A abdução é o processo de formar uma hipótese explanatória. É a única operação lógica que introduz uma nova ideia; pois a indução nada mais faz do que determinar um valor e a dedução meramente desenvolve as consequências necessárias de uma hipótese pura.¹⁶⁰

De modo a respeitar a hierarquia salientada no trecho anterior, encontramos em Peirce um exemplo da abdução com a seguinte forma:

Observa-se um fato surpreendente C;

Mas, se A fosse verdadeira, C seria uma coisa corrente,

Portanto, há razões para suspeitar que A é verdadeira¹⁶¹.

Result.--These beans are white.

..Rule.--All the beans from this bag are white

HYPOTHESIS.

Rule.--All the beans from this bag are white.

Result.--These beans are white.

..Case.--These beans are from this bag.” Os grifos são do autor.

¹⁵⁹ SANTAELLA [1992] p.87

¹⁶⁰ The Nature of Meaning, 1903 Harvard Lecture V, publicado em EP 2, p.216 “Abduction is the process of forming an explanatory hypothesis, it is the only logical operation which introduces any new idea; for induction does nothing but determine a value and deduction merely evolves the necessary consequences of a pure hypothesis”

¹⁶¹ CP 5.189: “The surprising fact, C, is observed;
But if A were true, C would be a matter of course,
Hence, there is reason to suspect that A is true”

É necessário salientar que o raciocínio meramente indica que vale a pena considerá-lo. Nota-se que o esquema abdutivo indica unicamente a direção em que a pesquisa deve ser desenvolvida, sem qualquer consideração sobre a sustentação ou plausibilidade com relação aos fatos que a hipótese possa ter. Em um comentário de Chibeni:

Como se percebe, trata-se de alegar que o poder explicativo de uma hipótese fornece bases para cremos em sua verdade. Por enfatizar que, tipicamente, as inferências abduativas envolvem a comparação de diversas hipóteses para explicar um dado fato surpreendente¹⁶².

Essas considerações aparecem posteriormente, após a extração dedutiva de consequências experimentais e de sua confrontação com os fatos por meio da indução.

Embora Peirce considere a abdução como um tipo de raciocínio, deixa claro que ela não está submetida às mesmas regras da lógica crítica. O seu enquadramento nessa classificação deve-se mais à ausência de qualquer outra que lhe seja mais adequada¹⁶³, suas características indicam a liberdade própria dos processos marcados pela categoria de Primeiridade, como diz Peirce: “qualquer que seja o modo como o homem tenha adquirido sua faculdade de adivinhar os caminhos da natureza, é certo que não foi por meio de uma lógica crítica e autocontrolada”¹⁶⁴.

¹⁶² CHIBENI [2006] p.223

¹⁶³ CP 4.541: “Peirce esclarece quanto à classificação da abdução como uma forma de raciocínio: Abdução, no sentido que eu dou a palavra, é qualquer raciocínio de uma grande classe do tipo de adoção provisória de uma hipótese explicativa. Mas inclui processos de pensamento que levam à sugestão de questões a serem consideradas. No original: “Abduction, in the sense I give the word, is any reasoning of a large class of which the provisional adoption of an explanatory hypothesis is the type. But it includes processes of thought which lead only to the suggestion of questions to be considered.”

¹⁶⁴ CP 5 173: “However man may have acquired his faculty of divining the ways of Nature, it has certainly not been by a self-controlled and critical logic”

O problema da abdução pode ser visto como o problema da elaboração de juízos sintéticos, em uma passagem Peirce afirma:

[...] de acordo com Kant, a questão central da filosofia é 'como são possíveis os juízos sintéticos **a priori**?' mas, anteriormente a ela surge a questão: como os juízos sintéticos em geral, e mais amplamente, como o raciocínio sintético é absolutamente possível? Quando a resposta ao problema geral for obtida, a particular será comparativamente simples. Este é o cadeado da porta da filosofia¹⁶⁵.

O cadeado da porta da filosofia consistiria, então, em solucionar o problema, muito antigo na história da filosofia, de conciliar o particular com o universal e garantir que, a partir do conteúdo da experiência, seja possível chegar ao estabelecimento de crenças seguras que, no limite, estariam mais próximos da verdade. O encaminhamento da solução desta questão, realizado por Peirce, tem, na afirmação do realismo, sua pedra de toque. É a realidade dos universais que torna qualquer pensamento mediado possível. Ao lado de seu realismo encontramos outra característica fundamental para a compreensão do êxito na elaboração de hipóteses: a universalidade das categorias. O problema de compatibilizar o universal da razão do sujeito com o particular do objeto se resolve ao considerar que, também no objeto, captado através da percepção, encontra-se o universal, negando em definitivo o nominalismo. A percepção é, ela mesma, um processo interpretativo, resultado da criação de hipótese e da resistência do objeto. A análise do tratamento realizado por Peirce desta ques-

¹⁶⁵ CP 5 348: "According to Kant, the central question of philosophy is "How are synthetical judgments a priori possible?" But antecedently to this comes the question how synthetical judgments in general, and still more generally, how synthetical reasoning is possible at all. When the answer to the general problem has been obtained, the particular one will be comparatively simple. This is the lock upon the door of philosophy"

tão conduzirá ao cerne de sua teoria da criação e da descoberta, sejam elas científicas ou não, implicando a consideração do entrelaçamento de dois aspectos de seu pensamento: sua ontologia e sua epistemologia¹⁶⁶.

A teoria abductiva desenvolvida por Peirce conheceu o mesmo percurso descrito acima. Podemos verificar a presença de uma preocupação com os processos de criação e de tratamento de hipóteses. O desenvolvimento da abordagem que Peirce oferece sobre o tema reflete os avanços que ele obteve na lógica. Como se verá adiante, a ideia de abdução se altera na medida em que o autor cria novos instrumentos de análise que ultrapassam a abordagem lógica legada por Aristóteles.

Desde seus primeiros trabalhos em lógica, Peirce se preocupou com o estudo dos argumentos, afirmando que sua classificação é a principal tarefa dos lógicos, pois todo teste depende claramente da classificação¹⁶⁷. Peirce não opõe somente a dedução à indução, como salienta Chauviré: “mas introduz um terceiro tipo de inferência, a abdução, cuja definição e cuja análise constituem um dos pontos mais originais da sua filosofia dos signos quanto da sua filosofia da ciência”¹⁶⁸.

Peirce argumenta que a diferença entre a inferência que formula uma hipótese e aquela que realiza uma indução é bastante clara na maioria dos casos assinalados, não obstante seja ignorada pelos estudiosos da lógica ou objeto de grande confusão. Embora nenhuma classificação seja perfeitamente satisfatória, diz Peirce¹⁶⁹, sendo sempre possível encontrar casos que se loca-

¹⁶⁶ Sobre este tema, ver IBRI [1992] parte II principalmente.

¹⁶⁷ Conferir, CP 2.619 “The chief business of the logician is to classify arguments; for all testing clearly depends on classification. The classes of the logicians are defined by certain typical forms called syllogisms.”

¹⁶⁸ CHAUVIRÉ. [2003] p.31

¹⁶⁹ CP 2.636 “Classifications in all cases perfectly satisfactory hardly exist.”

lizem na fronteira entre as duas classes, e que poderiam levar, à primeira vista, a uma certa dúvida sobre qual categoria e a que dada inferência pertence, a análise da abdução e indução deixa claro as suas diferenças. Quanto ao modo em que se realiza e quanto ao objetivo que pretende alcançar, Peirce faz o seguinte comentário:

Pela indução, concluímos que fatos, similares aos fatos observados, são verdadeiros em casos não examinados. Pela hipótese, concluímos a existência de um fato totalmente diferente de qualquer coisa observada, a partir do qual, de acordo com as leis conhecidas, alguma coisa observada necessariamente resultaria. O primeiro é um raciocínio dos particulares para a lei geral; o último, do efeito para a causa. O primeiro classifica, o último explica¹⁷⁰.

Com a finalidade de tornar a diferença mais clara, vejamos alguns exemplos de hipóteses, fornecidos por Peirce e a diferença com relação à indução em um deles:

O primeiro refere-se a uma viagem realizada por Peirce à Turquia. Ele nos diz que, enquanto caminhava rumo a uma casa que iria visitar, encontrou um homem montado em um cavalo com quatro outros homens também apeados e rodeando, e os mesmos seguravam uma tenda sobre sua cabeça. Como o governante da localidade seria a única pessoa que poderia receber um tratamento tão solene, Peirce concluiu que se tratava do próprio. Segundo Peirce, isso é uma hipótese. Do fato de se encontrar fósseis de peixes e conchas no

¹⁷⁰ CP 2.636: “By induction, we conclude that facts, similar to observed facts, are true in cases not examined. By hypothesis, we conclude the existence of a fact quite different from anything observed, from which, according to known laws, something observed would necessarily result. The former, is reasoning from particulars to the general law; the latter, from effect to cause. The former classifies, the latter explains”

interior de um país, elabora-se a hipótese de que o mar, em algum ponto do passado, tenha banhado aquelas terras. Do fato de que inúmeros documentos e monumentos façam referência a um conquistador chamado Napoleão Bonaparte, conclui-se que ele, de fato, tenha existido; sendo esta conclusão outra hipótese¹⁷¹. Em face desses exemplos, Peirce acrescenta: “que a hipótese é um tipo fraco de argumento, que muitas vezes inclina nosso julgamento em direção à uma conclusão”¹⁷².

Passemos para outro exemplo, também sugerido pelo autor. Neste nos deparamos com um escrito anônimo sobre uma folha de papel arrancada de um bloco. Há a suspeita de que o autor do escrito seja uma determinada pessoa. Sua mesa, a qual somente ele tinha acesso, é investigada e é encontrado um bloco com uma folha arrancada, cujas bordas são idênticas às da folha do escrito anônimo. A conclusão de que o suspeito é realmente o autor do referido escrito é claramente uma hipótese. Peirce acrescenta que a base para essa inferência é de que seria muito improvável que duas folhas de papel arrancadas ao acaso tivessem suas bordas exatamente iguais¹⁷³. A razão de uma conclusão do tipo do exemplo acima é por Peirce assim enunciada: “um número de caracteres que pertence a uma certa classe é encontrado em um certo objeto,

¹⁷¹ CP 2.625 “I once landed at a seaport in a Turkish province; and, as I was walking up to the house which I was to visit, I met a man upon horseback, surrounded by four horsemen holding a canopy over his head. As the governor of the province was the only personage I could think of who would be so greatly honored, I inferred that this was he. This was an hypothesis. Fossils are found; say, remains like those of fishes, but far in the interior of the country. To explain the phenomenon, we suppose the sea once washed over this land. This is another hypothesis. Numberless documents and monuments refer to a conqueror called Napoleon Bonaparte. Though we have not seen the man, yet we cannot explain what we have seen, namely, all these documents and monuments, without supposing that he really existed. Hypothesis again.”

¹⁷² CP 2.625 “As a general rule, hypothesis is a weak kind of argument. It often inclines our judgment so slightly toward its conclusion”

¹⁷³ Ver CP 2.632 “A certain anonymous writing is upon a torn piece of paper. It is suspected that the author is a certain person. His desk, to which only he has had access, is searched, and in it is found a piece of paper, the torn edge of which exactly fits, in all its irregularities, that of the paper in question. It is a fair hypothetic inference that the suspected man was actually the author. The ground of this inference evidently is that two torn pieces of paper are extremely unlikely to fit together by accident.”

desse modo é inferido que todos os caracteres daquela classe pertencem ao objeto em questão”¹⁷⁴.

O princípio de elaboração da hipótese, neste caso, envolve o mesmo princípio da indução, a sua diferença é que não são analisadas uma grande quantidade de caracteres, e a conclusão é bastante convincente. A inferência indutiva, no exemplo acima, apenas nos autorizaria a concluir que, se as folhas de papel possuem alguns caracteres que se correspondem, então, ela deve compartilhar outros; concluir, então, sobre o autor do escrito da respectiva folha, a partir de algumas de suas características, é algo de natureza completamente diversa. Peirce resume a diferença entre os dois tipos de inferência da maneira que segue: “a essência de uma indução é que ela infere, de um conjunto de fatos, um outro conjunto de fatos similares, enquanto a hipótese infere de fatos de um tipo, fatos de outro” ¹⁷⁵.

Percebe-se que uma das razões pelas quais Peirce elabora a reflexão apresentada no texto é a de compreender o processo de produção do conhecimento. Neste momento, Peirce ainda atribuía tanto à inferência indutiva quanto à inferência hipotética o papel de construtor de novas ideias, na medida em que ambas são classificadas como inferências sintéticas. Podemos encontrar em Delaney uma afirmação positiva neste sentido:

A indução pode confirmar ou não as hipóteses e a abdução introduz ideias novas, sendo ambas formas de raciocínio sintéticas, isto é, a abdução é preparatória, é o primeiro passo do raciocínio científico, é o menos eficiente, porém responsável pelas

¹⁷⁴ Também em CP 2.632 “A number of characters belonging to a certain class are found in a certain object; whence it is inferred that all the characters of that class belong to the object in question”.

¹⁷⁵ CP 2.642: “the essence of an induction is that it infers from one set of facts another set of similar facts, whereas hypothesis infers from facts of one kind to facts of another”

descobertas com que os homens explicam e exploram o mundo. A indução é o mais eficiente e o passo conclusivo do raciocínio científico¹⁷⁶.

Posição que Peirce modificará em seus escritos tardios, atribuindo a exclusividade heurística ao processo inferencial que receberá o nome de abdução, segundo Bacha:

Entre 1890 e 1900, Peirce introduz novas modificações substituindo hipóteses ou inferência hipotética por abdução. Daí para frente, as três espécies de inferências tornaram-se os três estágios da investigação científica, conectadas como um método¹⁷⁷.

Mas para quê serve esta distinção? Esta é uma questão que se pode colocar, e para a qual Peirce apresenta uma resposta, eis um exemplo:

Nada tem contribuído tanto para apresentar ideias na lógica da ciência, caóticas ou errôneas, como a falha em distinguir os caracteres, essencialmente diversos de diferentes elementos do raciocínio científico; e uma das piores dessas confusões, bem como uma das mais comuns, consiste em ver a abdução e a indução tomadas juntas (frequentemente misturadas também com a dedução) como um único argumento¹⁷⁸.

Em outra passagem, Peirce oferece algumas razões segundo as quais a distinção em questão seria de grande importância. O valor desta distinção deve ser testado por suas aplicações. Em primeiro lugar, encontra-se o fato de que a

¹⁷⁶ DELANEY [1993] p.39

¹⁷⁷ BACHA [1997]p.144

¹⁷⁸ CP 7 218: "Nothing has so much contributed to present chaotic or erroneous ideas of the logic of science as failure to distinguish the essentially different characters of different elements of scientific reasoning; and one of the worst of these confusions, as well as one of the commonest, consists in regarding abduction and induction taken together (often mixed also with deduction) as a simple argument"

indução é um tipo de inferência mais forte do que a hipótese¹⁷⁹. A impossibilidade de se inferir indutivamente conclusões hipotéticas é apontada como a segunda razão¹⁸⁰. Do ponto de vista fisiológico, também se verifica uma distinção quanto ao modo de apreensão dos fatos, que é apontado como a terceira razão para se insistir sobre sua distinção.

A indução é o procedimento lógico da formação de um hábito, já que ela realiza a inferência de uma regra, e toda regra é de natureza habitual, enquanto a hipótese realiza a unificação de vários predicados em uma única concepção. Peirce tenta esclarecer a particularidade do processo de elaboração de hipótese fazendo o uso de uma interessante analogia: “os vários sons produzidos pelos instrumentos de uma orquestra incidem sobre o ouvido, e o resultado é uma peculiar emoção musical, bem distinta dos próprios sons”¹⁸¹. A partir desta constatação, Peirce afirma que a hipótese representa o elemento sensível do pensamento, enquanto a indução responde por seu elemento habitual. Outro mérito dessa distinção é o de permitir uma classificação natural das ciências e das mentes que a realiza, segundo os diversos modos de raciocínio. E, por fim, Peirce deixa as demais vantagens aos leitores que dominarem a habilidade de distinguir, entre os vários tipos de inferências, a tarefa de descobrir.

Para Peirce, anteriormente à elaboração da hipótese, (que é por ele considerada como o primeiro estágio do método científico) o cientista deve ter se nutrido da observação do mundo. A experiência é o início necessário para todo conhecimento humano, de modo que não existe conhecimento que não

¹⁷⁹ CP 2.642 “Induction is, plainly, a much stronger kind of inference than hypothesis”

¹⁸⁰ Idem: “Hypothetic reasoning infers very frequently a fact not capable of direct observation”

¹⁸¹ CP 2.643: “the various sounds made by the instruments of an orchestra strike upon the ear, and the result is a peculiar musical emotion, quite distinct from the sounds themselves”

esteja embasado na experiência¹⁸². Ainda que a observação não possa ser considerada como uma parte do método científico, ela é um pré-requisito fundamental para o seu sucesso.

Com a finalidade de estabelecer uma conversação com a natureza, a observação prévia do cientista deve ser ativa e não passiva. Ela não é pura sensação, mas experimentação inteligente. Para que a conversa seja produtiva, o investigador deve apresentar as questões apropriadas. Sobre a observação, Peirce afirma que: se “trata de uma experiência voluntariamente atenta, com alguma habitual necessidade de um grande esforço” e ainda, “a experiência supõe que seu objeto reaja sobre nós com alguma força, muita ou pouca, de tal maneira que ela tenha um certo grau de realidade ou independência de nosso esforço cognitivo”¹⁸³. Tal esforço só é verdadeiramente realizado uma vez que alguma coisa de inesperado surja no desenrolar dos acontecimentos fenomênicos, isto é, quando o curso dos eventos se mostra de alguma maneira surpreendente para o investigador.

A experiência é, portanto, uma operação cognitiva. Implica a consciência de um objeto externo, que é resistente ao sujeito. A observação com a qual a pesquisa científica tem seu início é sempre a quebra de uma expectativa, e é esta característica inesperada que força o cientista a ter consciência da externalidade do objeto e que o conduz à procura de uma explicação.

¹⁸² CP 1. 238: “Todo conhecimento, seja qual for, vem da observação”, no original: “All knowledge whatever comes from observation”

¹⁸³ CP 2.605: “Attentive experience; especially, an act of voluntarily attentive experience, usually with some, often with great, effort.” [...] “experience supposes that its object reacts upon us with some strength, much or little, so that it has a certain grade of reality or independence of our cognitive exertion”

A pesquisa científica propriamente dita inicia-se com a hipótese, uma conjectura que tenta explicar um fenômeno surpreendente¹⁸⁴. O método científico compreende, para Peirce, três estágios distintos: abdução ou hipótese, dedução e indução, ou teste. Diferentemente de outros filósofos da ciência, Peirce compreende que uma parte de seu método deve ser dedicada à explicação de como as novas hipóteses são elaboradas. O coração desta teoria é uma reflexão sobre o processo de criação científica, condensado no raciocínio abduutivo. Uma vez elaborada e selecionada, a hipótese deve ser testada. Com esta finalidade, Peirce indica a necessidade de se deduzir as consequências práticas da hipótese, e por meio da indução, proceder à sua verificação, confrontando-a com a experiência. Nota-se que mesmo mantendo o nome indução para este procedimento de teste, Peirce não retém mais nada da sua significação original na história da filosofia. Não se trata da passagem de uma lei geral por meio dos casos particulares, mas de verificar se as consequências de uma conjectura geral são conformes à experiência.

As duas principais funções da ciência são a elaboração e o teste de conjecturas¹⁸⁵. A ciência só será possível se, ao se realizar essas duas funções, o resultado seja a verdade ou se por meio delas nos aproximamos do conhecimento real. Durante décadas Peirce se dedicou à compreensão dos mecanismos da indução, visando compreender como ela, durante a investigação científica, teria o poder de conduzir à verdade, por meio de um processo de autocorreção. Seus esforços, contudo, indicam que, a menos que a conjectura já tenha colocado o investigador em uma boa direção, a ciência não conseguiria atingir

¹⁸⁴ Ver CP 6.469

¹⁸⁵ Para uma visão panorâmica sobre a função da Ciência e Teste de Conjecturas ver CHALMERS [1993] principalmente os capítulos II e III, nos quais o autor trata do problema da Indução e da Observação sobre as Teorias.

seu objetivo. Desta maneira, este estranho tipo de inferência, chamado abdução, deveria ser a chave para o progresso que se verifica na ciência. De fato, a abdução é uma espécie de adivinhação da boa hipótese.

A abdução compreende dois momentos: a elaboração e eleição das hipóteses a serem testadas. O primeiro momento é marcado pela criatividade e o segundo pelas exigências da economia da pesquisa científica. Na análise do primeiro momento, o da elaboração da hipótese, um aspecto bastante próprio do pensamento peirciano é ressaltado: o papel que a imaginação desempenha neste estágio:

Quando um homem deseja ardentemente conhecer a verdade, seu primeiro esforço é de imaginar aquilo que tal verdade poderia ser (...) é verdade que, após tudo, nada além da imaginação pode lhe fornecer a pista da verdade. Ele pode fixar estupidamente o olhar sobre os fenômenos, mas sem a imaginação eles não se ligarão de maneira racional¹⁸⁶.

A imaginação do cientista, não obstante, é aquela que sonha com explicações e com leis¹⁸⁷, a conjectura deve, portanto, ser de tal maneira que elimine o aspecto surpreendente e coloque o cientista em harmonia com o curso dos fenômenos. Uma vez de posse das conjecturas, Peirce indica os critérios que devem ser utilizados para selecionar aquelas que devem ser submetidas a teste, e em que ordem, afirmando que o trabalho de investigação científica tenha

¹⁸⁶ CP 1.46: "When a man desires ardently to know the truth, his first effort will be to imagine what that truth can be. [...] Yet nevertheless, it remains true that there is, after all, nothing but imagination that can ever supply him an inkling of the truth. He can stare stupidly at phenomena; but in the absence of imagination they will not connect themselves together in any rational way"

¹⁸⁷ Conferir CP 1.48 "There are, no doubt, kinds of imagination of no value in science, mere artistic imagination, mere dreaming of opportunities for gain. The scientific imagination dreams of explanations and laws"

o melhor desempenho possível, podemos ressaltar esses critérios da seguinte maneira:

A testabilidade de uma hipótese consiste em que devemos poder tirar dela, por dedução, um certo número de consequências ou previsões suscetível de ser comparado com resultados de uma experiência provocada; por esta razão, “uma hipótese na qual não se pode fundar nenhuma previsão não deveria ser aceita”¹⁸⁸, isto é, a hipótese deve ser experimentalmente testável.

Explicar um fenômeno para Peirce é fazê-lo aparecer como dedutível de uma lei ou de uma teoria, isto é, como previsível. Peirce caracteriza a explicação como uma forma de redução da multiplicidade da experiência à unidade: explicar é sintetizar uma série de predicados, ou ainda, como salienta Chauvière, “substituir uma pluralidade de proposições por uma só proposição, de um grau de generalidade superior”¹⁸⁹, ou seja, ela deve explicar os fatos surpreendentes aos quais nos confrontamos.

Finalmente, a terceira condição indica que as hipóteses de conteúdos mais abrangentes devem ser preferidas, bem como aquelas que não exijam muito tempo, recursos materiais ou esforço em seus testes, o que nos leva a entender que a seleção e classificação das hipóteses devem ser realizadas em função do princípio de economia da pesquisa¹⁹⁰, para exemplificar esta terceira condição, salienta Delaney:

Peirce propõe seus ‘princípios de economia da pesquisa’, o primeiro dos quais é o princípio da simplicidade, interpretada não como simplicidade lógica, mas como simplicidade natural, pela qual ele quer dizer que aquelas hipóteses que “naturalmente re-

¹⁸⁸ CP 5.599 : “A hypothesis on which no verifiable predictions can be based should never be accepted”

¹⁸⁹ CHAUVIRE [2003] p.84

¹⁹⁰ Para uma consideração aprofundada sobre o princípio de economia da pesquisa, ver CP 7.139.

comendam-se a si mesmas à mente e forçam sobre nós a impressão de simplicidade – que aqui quer dizer facilidade de compreensão pela mente humana – de aptidão, de razoabilidade, de bom senso” [C. P. 7.220]¹⁹¹

Utilizamos como mote os três tipos de raciocínio segundo Peirce, pelo fato de podermos visualizar uma cadeia argumentativa absolutamente clara, do ponto de vista científico que o autor se propunha a fazer, mesmo em se tratando de temas abstratos.

¹⁹¹ DELANEY [2002] p.16

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Uma ideia clara é definida como aquela apreendida de forma tal que se torna possível reconhecê-la em qualquer situação e não confundi-la com qualquer outra.”¹⁹²

O objetivo desta dissertação foi apresentar, através do conceito de clareza de ideias, a unidade do sistema filosófico de Peirce. Esta unidade sugere-se, reside na sua função. A função do pensamento é a de produzir a crença. A crença, por seu lado, é o apaziguamento da dúvida. Mas, ao superar a irritação da dúvida, a crença envolve o surgimento de uma regra de ação, ou, diga-se com brevidade, o surgimento de um hábito. Isso significa que com a crença acaba a hesitação de como agirmos ou procedermos. Um simples exemplo poderá esclarecer como é que a crença é uma regra de ação. Ao depararmos em uma situação que não seja inteiramente desconhecida, mas que de momento não a identificamos, interrogamo-nos em busca de algo familiar. Não conseguindo imediatamente essa identificação, isso nos perturba. De repente, conseguimos identificar a situação. Daí em diante todas as nossas ações, a maneira como nos dirigimos a ela e os assuntos que, a partir dela, poderemos abordar serão determinados por esse reconhecimento. Para Peirce, isso é um exemplo de uma crença que superou uma dúvida e que constitui agora a base das nossas ações e reações. Esta é a característica anticartesiana da obra de Peirce, que procurou-se salientar na dissertação; reside na importância que ele dá à crença, em oposição à dúvida em Descartes, que considera o *cogito* o único princípio que resiste à dúvida, porque é percebido clara e distintamente,

¹⁹² CP 5.389 : “clear idea is defined as one which is so apprehended that it will be recognized wherever it is met with, and so that no other will be mistaken for it”

e permite à argumentação avançar às demais certezas, segundo Meyers, a dúvida metodológica de Descartes viola a regra básica de Peirce, na qual a investigação deve iniciar com uma dúvida real¹⁹³, de acordo com Peirce, uma mente moldada em laboratório não permite basear a pesquisa em um pressuposto subjetivo, não considera iniciar uma investigação sobre um alicerce inseguro, mas sim, ao considerar o “estar em dúvida” um sentimento de inquietação, imediatamente busca meios para superá-lo. Peirce nos mostra como um sistema baseado na clareza pode ser seguro e confiável.

Como espera-se ter esclarecido neste trabalho, o sistema não pode ser resumido a simplesmente uma regra para atingir os fins necessários, independentemente dos meios; vimos que a ligação *pensar-criar-agir* na filosofia de Peirce configura um método de investigação que se opõe tanto à orientação empirista corrente quanto à orientação racionalista. Abarca a natureza com todas as possibilidades que pode encerrar, numa atmosfera ampla, na plenitude da total liberdade; posiciona-se contra as teorias artificiais, os dogmas, a falsa aparência do caráter teológico, não se alinhando a nenhuma solução particular; é uma incoerência, então, “fechar” seu sistema em um fim, em um resultado.

Diante das possibilidades heurísticas suscitadas por este estudo, pretende-se, seguramente, seguir adiante na pesquisa de um autor tão fecundo, sabendo o quanto é difícil entendê-lo sob este ponto de vista científico, mas como o próprio Peirce salientou: *“a ideias efetivamente valiosas só podemos chegar ao preço de estrita atenção.”*¹⁹⁴

¹⁹³ MEYERS [1967] p.13

¹⁹⁴ CP 5.410 : *“and really valuable ideas can only be had at the price of close attention”*

BIBLIOGRAFIA

Obras de Peirce

HARTSHORNE, CHARLES; WEISS, PAUL and BURKS, Arthur (eds.). *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1931-35 e 1958; 8 vols.

PEIRCE, C. S. *Contributions to "The Nation"* vols. 1-4, K. L. Ketner y J. E. Cook (eds).

PEIRCE, C. S. *The New Elements of Mathematics*, vols. 1-4. C. Eisele (ed). La Haya: Mouton. 1976.

PEIRCE, C. S. *Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition*, vols. 1-6, M. H. Fisch et al. (eds). Bloomington: Indiana University Press 1982-2000.

Semiótica, trad. de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2005.

Semiótica e Filosofia, Introdução, seleção e tradução de Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1972.

Antologia Filosófica. Prefácio, seleção, tradução e notas de António Machuco Rosa. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998

HOUSER, Nathan. e KLOESEL, Christian. (vol. 1) e "Peirce Edition Project" (vol. 2) (eds.) *The Essential Peirce*, 2 vols., Bloomington: Indiana University Press, 1992, 1998.

Obras sobre Peirce

BACHA, Maria de Lourdes. *A Teoria da Investigação de C.S.Peirce* Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1997.

BRENT, Joseph. *Charles S. Peirce: A Life*. Bloomington: Indiana University Press, 1993.

BUCHLER, Justus (ed). *Philosophical Writings of Peirce*. Nueva York: Dover. (Republicação de *The Philosophy of Peirce: Selected Writings* de 1940). 1955.

CHAUVIRÉ, Christiane. *Peirce et la signification, introduction à la logique du vague*. PUF, 2003.

- DELANEY, Cornelius F. Peirce on Science and Metaphysics: Overview of a Synoptic Vision. In: *COGNITIO: Revista de Filosofia*. nº3. pp.11-21. 2002.
- _____. *Science, Knowledge and Mind – A Study in the Philosophy of C.S.Peirce*. Notre Dame/London: University of Notre Dame Press. 1993.
- DE TIENNE, André. “Peirce’s Early Method of Finding the Categories” In *Transactions of Charles Sanders Peirce Society* Vol.XXV nº4, p.385-406. 1989.
- DE WAAL, Cornelis. *On Pragmatism*, Belmont: Wadsworth Philosophers Series, USA, 2005.
- FESSORE, Gisele Molinari. *O pragmatismo como método: em busca de um terceiro grau de clareza*. Dissertação de mestrado. PUC-SP. 2005.
- FITZGERALD, John Joseph. *Peirce’s “How to make our ideas clear”*. The New Scholasticism, XXIX, nº1, p.53-68, 1965.
- GALLIE, W.B. *Peirce and pragmatism*. Harmondsworth Middlesex. Penguin Books, 1952.
- GOUDGE, Thomas A. *The thought of Charles Sanders Peirce*. New York: Dover Publications, 1969.
- HAAK, S. *Descartes, Peirce and the Cognitive Community*. The relevance of Charles Peirce. Ed. Eugene Freeman. Illinois: La Salle. 1983.
- HAUSMAN, Carl. R. *Charles S. Peirce's Evolutionary Philosophy*. Cambridge University Press, 1993.
- HOUSER, Nathan. *Questões instigantes sobre o pragmatismo*. Transcrição de conferência realizada na Faculdade de São Bento, não publicado. 2004.
- _____. Pragmatismo e a perda da inocência. In: *COGNITIO: Revista de Filosofia*. Vol.4 nº2. pp.197-210. 2003 (Trad. Cassiano Terra Rodrigues, disponível em: www.pucsp.br/pragmatismo/downloads/btc42_hauser.doc).
- IBRI, I. A. Ser e aparecer na filosofia de Peirce: O estatuto da fenomenologia. In: *Cognitio: Revista de Filosofia*. Vol.2 pp.67-75. 2001.
- _____. *Kosmos Noetos - A Arquitetura Metafísica de Charles S. Peirce*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. As Consequências de “Consequências Práticas” no Pragmatismo de Peirce, São Paulo, In: *Cognitio, Revista de Filosofia*, EDUC-Palas Atena, ano 1, nº 1, 2º semestre de 2000.

- MAGALHÃES, T. C. Origens do Pragmaticismo: O “Antifundacionalismo” de C.S. Peirce e a sua Defesa da Filosofia Crítica do Senso Comum. São Paulo, In: *Cognitio, Revista de Filosofia*, EDUC, vol 7, nº 1; jan./jun. de 2006.
- MEDEIROS, T. T.Q. A fenomenologia pragmaticista de Charles S. Peirce. Aracajú, In: *Prometeus Filosofia em Revista*, Ano 2 - no.3 Janeiro-Junho, 2009.
- MENAND, Louis. *The Metaphysical Club. A story of ideas in America*, New York, Farrar, Straus and Giroux. 1992.
- MERREL, Floyd. *Peirce, Signs and Meaning*. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press. 1997.
- MEYERS, Robert G. Peirce on Cartesian Doubt. In: *Transactions of Charles Sanders Peirce Society Vol.III nº1, Spring*. 1967.
- MURPHEY, Murray G. *The Development of Peirce's Philosophy*. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1961.
- MURPHY, J. *O Pragmatismo de Peirce a Davidson*. Trad. Jorge da Costa. Coimbra: Edições ASA, 1993.
- ROSENTOHN, W.L. *The phenomenology of Charles S. Peirce*. Amsterdam: B.R. Grüner. 1974.
- SALATIEL, José Renato. Peirce e Kant sobre categorias: Parte I – Dedução metafísica e reviravolta semiótica. In: *Cognitio-Estudos, Revista eletrônica de Filosofia – Centro de Estudos de Pragmatismo, PUC-SP*. Vol.3, n.1. jan-jun. pp. 79-88. 2006. Acesso através de :
<http://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/5478/3925>. Acessado em 20/02/2013.
- SALATIEL, José Renato. *Sobre o conceito de Acaso na Filosofia de Charles Sanders Peirce*. Tese de doutorado. PUC-SP. 2008.
- SANTAELLA, Lucia. *O método anticartesiano de Charles Sanders Peirce*. São Paulo: Unesp, 2004.
- _____. *A assinatura das coisas*. Rio de Janeiro: Imago. 1992.
- SILVA FILHO, Waldomiro José. Pragmatismo e crítica da subjetividade: Peirce contra o “Espírito do Cartesianismo”. In: *Síntese – Revista de Filosofia*. V.29, n: 95. Belo Horizonte. pp. 397-424. 2002.

Obras de Descartes

DESCARTES, R. *Descartes. (Discurso do Método; Meditações; Objeções e Respostas; As Paixões da Alma e Cartas)* Tradução J.Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973a. (Os Pensadores XV).

DESCARTES, R. *Discurso do método*. Introdução, análise e notas de Etienne Gilson. Tradução Maria Ermanita de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DESCARTES, R. *Princípios de Filosofia*. São Paulo: Hemus, 1973b.

DESCARTES, R. *Regras para a direção do espírito*. Tradução João Gama. Lisboa: Ed.70, 1985.

Obras sobre Descartes

ALQUIÉ, Ferdinand. *A filosofia de Descartes*. Lisboa: Editorial Presença, 3ª ed. 1993.

COTTINGHAM, John. *Descartes: a filosofia da mente de Descartes*. São Paulo, UNESP, 1999.

COTTINGHAM, John. *Dicionário Descartes*. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1995.

FORLIN, Enéias. *O papel da dúvida metafísica no processo de constituição do cogito*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

GILSON, Etienne. *Études sur le rôle de la pensée médiévale dans la formation du système cartésien*. Paris: Vrin. 1984.

GUÉROULT, Martial. *Descartes selon l'ordre des raisons (I e II vols.)*. Paris: Éditions Montaigne, 1968.

LAFRANCE, Yvon. *O Discurso do Método de René Descartes*. São Paulo: Revista da PUC, 1963.

RODIS-LEWIS, Geneviève. *Descartes: A biografia*. Tradução de Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

SILVA, Franklin Leopoldo e. *Descartes: a metafísica da modernidade*. São Paulo: Ed.Moderna. 1989.

SPINELLI, Miguel. A matemática como paradigma da construção filosófica de Descartes: do Discurso do Método e da tematização do Cogito. In: *Cadernos de historia e filosofia da ciência*. Campinas, Série 2, 2(1): 5-20, jan-jun. 1990.

Outras obras

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

AUDI, Robert (dir.) *Dicionário de Filosofia de Cambridge*, São Paulo, Paulus, 2006.

CHALMERS. A.F. *O que é ciência afinal?*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHIBENI, Silvio Seno. Afirmando o consequente: uma defesa do realismo científico (!?). In: *Scientiae Studia*. Vol.04, n.2, pp. 221/49. 2006.

ECO, Umberto. *Segno*. Milano: ISEDI, 1973.

MORA, Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

MURPHY, John P. *Pragmatism, from Peirce to Davidson*, Colorado, U.S.A. Westview, Boulder.1990.

QUINTO, R. *Scholastica : storia di un concetto*, Padova, Il poligrafo, 2001.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia. Volume 2, Do Humanismo a Kant*, São Paulo, Paulus, 1990.

STROH, Guy W. *A Filosofia Americana*, São Paulo, Cultrix, 1986.

WESEP, H.B. Van. *A Estória da Filosofia Americana*, Brasil-Portugal, Editora Fundo de Cultura, 1960; Primeira edição brasileira, setembro de 1966.

ZILLES, U. Fé e razão no pensamento medieval. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.